

**REDE
SESC**
DE EDUCAÇÃO

**Projeto
Político-Pedagógico**



Projeto Político-Pedagógico da Rede Sesc de Educação

O futuro é agora

Rio de Janeiro
Sesc | Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional
2025

Sesc | Serviço Social do Comércio

Presidência do Sistema CNC-Sesc-Senac

José Roberto Tadros

DEPARTAMENTO NACIONAL

Direção-Geral

José Carlos Cirilo

Diretoria de Programas Sociais

Janaina Helena Cunha Melo

Diretoria de Operações Compartilhadas

Maria Elizabeth Martins Ribeiro

**Este conteúdo foi escrito e coordenado pela Gerência
de Educação e produzido pela Assessoria de Comunicação.**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Bibliotecária: Renata de Souza Nogueira CRB-7/5853

Sesc. Departamento Nacional.

Projeto político-pedagógico da Rede Sesc de Educação / Sesc, Departamento Nacional. – Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2025.

1 recurso eletrônico (10,3 Mb).

Suporte: E-book.

Formato: Pdf

1. Educação e pedagogia. 2. Práticas educativas. 3. Projeto pedagógico. 4. Rede Sesc de Educação (Projeto). I. Título.

CDD 370.11

©Sesc Departamento Nacional, 2025

Telefone: (21) 2136-5555

sesc.com.br

Distribuição gratuita, venda proibida.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 9/2/1998.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

6

10

MARCO SITUACIONAL

MARCO REFERENCIAL

24

80

MARCO OPERATIVO

REFERÊNCIAS

87





INTRODUÇÃO

O Serviço Social do Comércio (Sesc), desde sua criação em 1946, atua no campo do desenvolvimento humano com a missão de promover ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, além de seus dependentes e a sociedade. O objetivo é colaborar para uma sociedade justa e democrática por meio das ações dos programas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

Desse modo, a formação da Rede Sesc de Educação é um marco importante para que a ação educativa, uma das características básicas do trabalho institucional, seja realizada de maneira estratégica e articulada em todo o país.

O *Projeto Político-Pedagógico da Rede Sesc de Educação* se propõe a orientar as ações em Educação dos Departamentos Regionais e dos Polos de Referência do Sesc, articulando as *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019) e as propostas pedagógicas da Educação Básica e da Educação Ampliada produzidas pelo Departamento Nacional.

Escrito coletivamente, com a representação de gestores, professores, analistas e técnicos de todo o Brasil que atuam no Programa Educação, o documento reflete sobre como a identidade Sesc de fazer educação dialoga com eixos de trabalho que perpassam a Educação 5.0, a educação socioemocional, a educação digital, o projeto de vida, o compromisso social, a diversidade e a inclusão educacional.

Em suma, este conteúdo fundamenta o lançamento da Rede Sesc de Educação, um projeto que dialoga com as diretrizes estratégicas do *Plano Estratégico do Sesc 2022-2026* (2022), uma vez que visa trazer unicidade, sustentabilidade e inovação ao nosso fazer educacional, qualificando e ampliando o reconhecimento da instituição pelos clientes e pela sociedade.

Alinhado aos referenciais institucionais e documentos orientadores, este material expressa a identidade da Rede Sesc de Educação e os princípios que guiam as ações educativas em todas as escolas do Sesc no Brasil

Identificação e histórico institucional do Sesc

Por iniciativa dos empresários do setor do comércio de bens, serviços e turismo, o Sesc foi criado em 13 de setembro de 1946, nos termos do decreto-lei nº 9.853, com a finalidade de estudar, planejar e executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida dos comerciários e seus dependentes. De caráter privado e sem fins lucrativos, o Sesc está presente em todo o Brasil, atuando em mais de 2 mil municípios por meio de unidades operacionais fixas ou móveis.

Conforme preconizado nas *Diretrizes gerais de ação do Sesc* (2004), é necessário reconhecer que, para que o indivíduo alcance a plenitude da condição humana, ele deve atingir um estado de bem-estar físico, mental e social. Nesse sentido, a credibilidade da marca Sesc sustenta-se no compromisso com ações modelares desenvolvidas nos programas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. Portanto, em consonância com as premissas dispostas na *Carta da Paz Social* (1946), assim como nas *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019), a ação educativa permeia todas as iniciativas propostas pelos diferentes programas desenvolvidos na instituição.

Nos últimos tempos, diante das novas demandas sociais e embasado nas concepções da Sociedade 5.0, o Sesc atua mais articulado no campo da educação. O acelerado processo de transformação socioeconômica exige habilidades específicas dos indivíduos, que lhes permitam enfrentar os desafios atuais, sempre interpretando e reavaliando informações e conhecimentos advindos de distintas problemáticas sociais.

Assim, após décadas de atuação consolidada na Educação Básica, nas diferentes modalidades e segmentos, e nos projetos de Educação Ampliada, o Sesc compreende a necessidade de integração das mais de 200 escolas e demais unidades educacionais em uma única rede — a Rede Sesc de Educação.

A criação da Rede Sesc de Educação reitera o compromisso da instituição em atender ao público prioritário, alinhando processos e direcionando esforços convergentes com a atuação social. Trata-se, portanto, de um caminho sustentável e potencializador para o Sesc, uma vez que são considerados seus recursos técnicos, financeiros, intelectuais e sua capilaridade na perspectiva de uma rede nacional coesa e integrada.

Projeto Político-Pedagógico

A elaboração deste documento foi realizada com base em uma abordagem metodológica fundada na participação, no diálogo e na reflexão, contando com a escrita e a revisão colaborativa entre o Departamento Nacional e representantes dos Departamentos Regionais. Trata-se de um instrumento de referência que não se esgota em si nem substitui os Projetos Políticos Pedagógicos locais, mas expressa um projeto mais amplo, integrando a forma de pensar e fazer a educação por inteiro no Sesc.

A **educação por inteiro** é uma abordagem holística na educação de um indivíduo que vai além do simples ensino de conteúdos acadêmicos, uma vez que enfatiza o desenvolvimento integral do estudante, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, sociais, físicos e éticos. Ou seja, a ideia é que a formação educacional se estenda para além das salas de referência e do conteúdo curricular, contribuindo para a formação de indivíduos completos, capazes de enfrentar os desafios do mundo de maneira equilibrada, consciente e sustentável. É uma abordagem que promove todas as dimensões do estudante, considerando o bem-estar e o crescimento pessoal de cada um, para que esses indivíduos atuem de modo a respeitar a diversidade e o meio ambiente dentro da perspectiva da vida em sociedade.

Portanto, a educação por inteiro está relacionada à educação para a sustentabilidade, que orienta uma alteração nos focos de ensino, não se restringindo apenas às temáticas ambientais como consumo sustentável e pobreza. A proposta envolve uma pedagogia transformadora que visa a ação, a autoaprendizagem, a participação e a colaboração, além de uma inter e transdisciplinaridade, conectando a aprendizagem formal e informal.

Isso inclui, necessariamente, a dimensão de um processo de construção e participação ampla, que desenvolva novos modos de organização do trabalho e uma gestão participativa em todas as instâncias, considerando suas etapas de implementação. A conexão em rede, a fim de qualificar a oferta educativa, entendida também como a democratização do acesso e do conhecimento, deve resgatar a escola como um direito e um espaço de novas aprendizagens e enriquecimento social e intelectual.

Nesse sentido, cabe às escolas do Sesc empreenderem um processo participativo de revisão dos seus projetos políticos pedagógicos à luz dos marcos que constituem este documento, orientando processos formativos que apoiem professores e equipes pedagógicas na implementação de práticas de gestão integrada e práticas pedagógicas fundamentadas na educação integral (WEFFORT; ANDRADE; DA COSTA, 2019).





MARCO SITUACIONAL

Histórico e estrutura do Programa Educação

A missão do Sesc é promover ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar social, uma sociedade justa e democrática e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade.

Ao longo de sua existência, o Sesc demonstra versatilidade ao realizar uma variedade de ações para diferentes faixas etárias e públicos, englobando os programas Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. Essa diversidade de iniciativas tem como objetivo central o atendimento integral do cidadão, abrangendo desde crianças até pessoas idosas.

A oferta de serviços educacionais nos Departamentos Regionais relaciona-se com o fato de que o Sesc atua em variados contextos inerentes à cultura de um país de dimensões continentais. Este retrato mostra como a **diversidade** é fator fundamental a ser considerado no estabelecimento da Rede Sesc de Educação.

O Programa Educação tem como característica a possibilidade de utilizar o potencial que a instituição oferece por meio de parcerias com as demais áreas finalísticas, integrando ações intersetoriais e promovendo diálogos profícuos entre saberes de naturezas diversas.

Nesse contexto, a trajetória das iniciativas educacionais junto à comunidade teve início com a assistência materno-infantil e recreação, diversificando-se, posteriormente, com o estabelecimento de jardins de infância. Com o passar do tempo, a abordagem assistencial cedeu espaço para o enfoque educativo, específico da Educação Infantil, acrescido da ampliação de oferta nos demais segmentos e modalidades da Educação Básica (SESC, 2019).

Conforme publicado no *Relatório Geral do Sesc 2024 (2025)*, a Educação Básica do Sesc registrou, em 2024, mais de 78 mil matrículas de estudantes nas 245 escolas localizadas em 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, sendo 145 delas com ofertas de Educação Infantil; 88 de Ensino Fundamental; 25 de Ensino Médio e 145 de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além do ciclo básico, as atividades de Educação Ampliada registraram mais de 79 mil atendimentos.

O Programa Educação do Sesc compreende um conjunto de atividades que abrangem processos formativos voltados à Educação Básica e Ampliada, ao progresso no trabalho e à educação permanente, e promove a educação aos comerciários, seus dependentes e ao público em geral.

Educação Básica

Educação Infantil

Primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil consiste em ações destinadas a educar e cuidar de crianças de 0 a 5 anos, realizadas em creches e pré-escolas. Nas escolas do Sesc, a criança é potente e ativa em seu processo de aprendizagem, além de ser respeitada na sua singularidade. Ela expõe suas ideias, investiga, argumenta e amplia seu repertório de saberes. Na Educação Infantil, a escola é um espaço de aprendizagem, de valorização das múltiplas linguagens e proporciona diferentes experiências e, para isso, tem como eixos orientadores do trabalho pedagógico brincadeiras e interações. É justamente por meio de brincadeiras que as crianças se apropriam e produzem cultura, e se veem capazes de transformar, desconstruir e construir explicações que existem sobre elas e sobre o mundo.



Ensino Fundamental

Etapa intermediária, compreende do 1º ao 9º ano de escolaridade e considera o currículo sob uma perspectiva transdisciplinar, reconhecendo o estudante como um sujeito participativo, crítico e criativo. Uma das particularidades dessa etapa é o acolhimento e o cuidado na transição das crianças da Educação Infantil para os anos iniciais, e dos adolescentes nos anos finais, preservando tanto o caráter lúdico e as relações com as culturas das infâncias quanto a pluralidade de adolescências e o respeito às diferenças. Em todo o segmento, a ludicidade é valorizada por ter como premissa livre brincar, incentivando a imaginação e a criação, elementos essenciais ao desenvolvimento do pensamento abstrato, de conceitos e da criticidade.



Ensino Médio

Etapa final da Educação Básica, o Ensino Médio tem como prioridade a formação integral dos jovens a partir de ações diversificadas que incentivam o desenvolvimento pessoal, a autonomia intelectual, a criatividade e a inserção social. No Sesc, de forma interdisciplinar, é proporcionado o aprofundamento do conhecimento, com processos de ensino e de aprendizagem mais dinâmicos e significativos. A proposta é que o estudante transite por diferentes saberes, linguagens e fontes de informação, e amplie seus valores éticos e de cidadania.



Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na Educação de Jovens e Adultos priorizam as vivências trazidas pelos estudantes, o que torna o currículo mais rico e significativo. O Sesc atua nessa modalidade desde 1947 com a oferta de atividades que atendem às condições de vida e de trabalho dos estudantes, da alfabetização até o Ensino Médio.



Em cidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi implementado o Sesc Ler, projeto de escolarização de caráter interdisciplinar e participativo, desenvolvido em centros educacionais e salas descentralizadas e com construções próprias para a modalidade. A proposta tem como base a educação por inteiro, articulando o aprendizado às áreas de Cultura, Lazer e Assistência.

Além disso, é oferecido o projeto Sesc EAD EJA, integrado à formação profissional, que atende à demanda de diversos jovens, adultos e pessoas idosas por meio da ampliação da oferta educativa com qualificação profissional em Produtor Cultural. Considerando a dimensão nacional do trabalho do Sesc, a modalidade a distância, com uso de recursos tecnológicos por intermédio da educação híbrida, se apresenta como mais uma opção às ações educativas da instituição.



Educação Ampliada

Atividade programática que envolve processos formativos desenvolvidos por meio da educação não formal, visando à ampliação dos conhecimentos e do universo sociocultural dos sujeitos, para que eles se desenvolvam integralmente. Dentre as realizações dessa atividade, destaca-se o Projeto Criar Sesc. Além de projetos nacionais, a Educação Ampliada inclui iniciativas regionais para o atendimento de demandas específicas da educação não formal.

Projeto Criar Sesc

Projeto ancorado nas culturas das infâncias e nas relações de conhecimento a partir de pesquisas locais para oferecer uma contribuição específica na formação integral das crianças. Ao mesmo tempo, mantém o compromisso de se articular com as escolas, sem a necessidade de realizar o que é próprio delas. Atende crianças matriculadas regularmente no Ensino Fundamental, do 1º ao 6º ano, de escolas públicas ou privadas, por meio de oficinas e projetos de arte, cultura, esporte, recreação e acompanhamento educativo realizados no turno inverso ao da escola de origem. O projeto está presente em 20 Departamentos Regionais e em 115 unidades.



Cursos de pré-vestibular e Enem

Os cursos preparatórios para vestibulares e Enem atendem estudantes que já concluíram ou estão concluindo o Ensino Médio e pleiteiam uma vaga em instituições de Ensino Superior. Além da revisão de conteúdos que compõem as provas de acesso a essas instituições, os estudantes têm a oportunidade de experimentar atividades culturais e interdisciplinares, orientações de saúde, debates, simulados, encenações teatrais, palestras, entre outras ações.



Cursos de idiomas

Os cursos de idiomas do Sesc atendem todas as faixas etárias e oferecem aulas de línguas como inglês, espanhol, francês, alemão e libras, que contemplam o desenvolvimento das habilidades de fala, escuta, leitura e escrita, a partir de situações reais da língua estudada. Há também atividades culturais e de imersão, que complementam e aprofundam o aprendizado, e os estudantes podem realizar os cursos no formato presencial ou a distância.



Projeto Sesc Ciência

Atua na divulgação e educação científica, oferecendo equipamentos e espaços dedicados à ciência fora dos grandes centros urbanos, seja por projetos itinerantes ou pela presença das Salas de Ciências Interativas. O projeto também oferece formação para professores, enfatizando o espaço escolar como locus de produção do conhecimento científico e tecnológico e engajando a cultura maker como modelo de desenvolvimento e compartilhamento de competências e experimentos inovadores. O Sesc Ciência está presente em 18 salas em 11 Departamentos Regionais.

Centros de referência para a Educação Ambiental

Constituem espaços de ensino não formal situados em diferentes territórios, com diferentes denominações e arranjos (CEA, Estações, Reservas etc.), que promovem o desenvolvimento socioambiental local. Atuam na popularização da ciência sobre o meio ambiente, seguindo a lógica da promoção do desenvolvimento sustentável, da conservação da biodiversidade, da conscientização sobre os impactos ambientais causados pela ação humana e da tomada de ação individual e coletiva, em prol de uma sociedade mais justa e de um ambiente mais seguro. Devido à transversalidade dos temas debatidos nesses espaços, há uma variedade de atividades promovidas, como exposições, atividades culturais, vivências no ambiente natural, cursos de formação, desenvolvimento de experimentos científicos, entre tantas outras, visando à formação do “ser ecológico”.



Polos de Referência

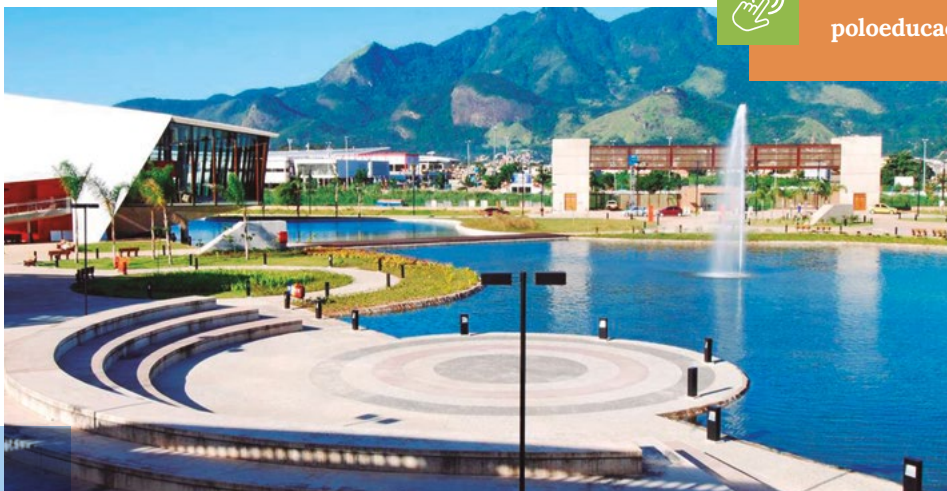
Os Polos de Referência são unidades administradas pelo Departamento Nacional do Sesc e se constituem enquanto espaços de pesquisa, experimentação, intercâmbio de saberes e inovação. Atuam para efetivar o compromisso da instituição com o desenvolvimento social, ambiental, cultural e educacional do país.

Polo Educacional Sesc

Em 2008, a Escola Sesc de Ensino Médio, no Rio de Janeiro, abriu as portas para jovens de todos os estados do Brasil, uma experiência inovadora no cenário da educação no país. Em 2020, houve uma importante reconfiguração administrativa na instituição, marcando a criação do Polo Educacional Sesc, unidade do Departamento Nacional que se alinha às áreas prioritárias de ação do Sesc, com foco na Educação e na Cultura. Ele se constitui como um espaço de experimentação, pesquisa e produção de conhecimento, além de promoção do desenvolvimento humano e do intercâmbio institucional. Hoje, o Polo Educacional Sesc oferece toda a estrutura necessária para o ensino de excelência em diferentes segmentos e cursos técnicos: a Escola Sesc de Ensino Médio, a Escola Sesc de Artes Dramáticas, a EJA EAD integrada à qualificação profissional e os cursos livres nas áreas de cultura, tecnologia, esportes e línguas estrangeiras, criados para atender a um público diversificado, com abrangência local e nacional.

Para saber mais, confira o site
do Polo Educacional Sesc:

poloeducacionalsesc.com.br



Polo Sociocultural Sesc Paraty

Criado em 2012 e situado na cidade de Paraty, dedica-se à preservação do patrimônio cultural e imaterial da região, tombada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ele realiza atividades artísticas e culturais, promovendo o intercâmbio e o compartilhamento de saberes. Dessa forma, atua na salvaguarda das tradições presentes em comunidades caiçaras e territórios indígenas e quilombolas.



Para saber mais, confira o site do Polo Sociocultural Sesc Paraty:

sesc.com.br/atuacoes/cultura/polo-sociocultural-sesc-paraty



Polo Socioambiental Sesc Pantanal

Criado em 1996, a partir de antigas fazendas de Mato Grosso, esse Polo de Referência está conectado do cerrado ao pantanal brasileiro e configura uma área dedicada à conservação da natureza e da biodiversidade, além de promover o turismo responsável e a Educação Ambiental. Em parceria com as comunidades da região, por meio de estudos, pesquisas e desenvolvimento sustentável, garante o equilíbrio do ecossistema local, o que impacta não apenas o território brasileiro, mas todo o planeta. Ele conta também com uma escola, localizada em Poconé, que atende crianças desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental.

Para saber mais, confira o site do Polo Socioambiental Sesc Pantanal:

sescpantanal.com.br



Identificação da Rede Sesc de Educação

Diante do reconhecido percurso histórico das atividades educativas promovidas pelo Sesc, a Rede Sesc de Educação visa estruturar, adequar e integrar as unidades educacionais do Sesc em todo o país de acordo com os marcos legais da educação, a fim de assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Nela, o estudante será o centro do processo de formação, contando com abordagens personalizadas e individualizadas, aliando a inovação e a transformação tecnológica à melhoria da sua qualidade de vida e das comunidades onde estão inseridos.

Portanto, busca-se implementar um sistema de ensino alinhado à formação integral, com o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais, além daquelas próprias de cada etapa da Educação Básica, o que garante uma educação articulada com as demais áreas programáticas do Sesc.

Para promover a equidade nos processos de ensino e aprendizagem do Programa Educação no Sesc, faz-se necessário integrar as unidades educacionais em rede, implementando ações que consideram a diversidade e a potencialidade das distintas regiões do país onde o Sesc insere-se, conforme o atual diagnóstico apresentado na sequência.

Diagnóstico da realidade

A ampla rede de unidades educacionais, presente em diversas regiões do país, permite maior acessibilidade e abrangência, atendendo a um público diversificado e proporcionando oportunidades educacionais a comunidades distintas. Entretanto, é essa característica que permite também que o Sesc esteja imerso nas mais sensíveis demandas e problemáticas sociais relacionadas à fragilidade de acesso e efetivação dos direitos sociais básicos, o que amplia a responsabilidade institucional.



Mapa interativo

É apresentada a abrangência das 321 unidades do Sesc que oferecem atividades do Programa Educação, sejam estas de Educação Básica ou Educação Ampliada. As 245 escolas do Sesc e 71 polos EAD EJA estão presentes em 26 estados e no Distrito Federal, contando com mais de 78 mil estudantes matriculados.*



Justificativa de criação da Rede Sesc de Educação

Diante das novas demandas sociais e fundamentado nas concepções da Sociedade 5.0, o Programa Educação entende a necessidade de uma atuação integrada, seguindo diretrizes alinhadas com a função social da instituição. A Rede surge como um caminho sustentável e potencializador, levando em consideração os recursos técnicos e financeiros de que dispõe, bem como a capilaridade e a missão social que possui.

A criação da Rede Sesc de Educação reforça o compromisso de atender ao público prioritário, direcionando esforços convergentes com a atuação social, conforme estabelecido pelos documentos institucionais e o *Plano Estratégico do Sesc 2022-2026*. Com isso, seu papel fundamental na promoção da educação e no desenvolvimento social é estruturado, oferecendo oportunidades de aprendizado, cultura e inclusão para pessoas de diferentes idades.







MARCO REFERENCIAL

A Rede Sesc de Educação visa estabelecer bases para o Programa Educação, em diálogo com as *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019), promovendo equidade nos processos de ensino e aprendizagem, bem como a disseminação de conceitos e valores norteadores nas unidades educacionais. Com uma oferta educativa inovadora, a Rede busca adequar-se às necessidades formativas contemporâneas, priorizando a formação integral dos indivíduos para o exercício pleno de sua cidadania global e tornando-se um instrumento estratégico para a realização da missão institucional.

Essas expectativas refletem a importância da Rede Sesc de Educação no compromisso com a educação integral e com o desenvolvimento humano, pois seu objetivo é contribuir para a formação de cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade, abrangendo desde os primeiros anos da Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos. Para isso, os estudantes têm acesso à educação de qualidade, inclusão, equidade, programas culturais e artísticos e promoção de saúde e bem-estar.

Fundamentos norteadores

O Projeto Político-Pedagógico reafirma o compromisso do Sesc em proporcionar uma educação de qualidade aos comerciários, empresários e seus dependentes, bem como ao público geral. Além disso, busca oferecer uma performance educacional em uma perspectiva humanizada, propositiva, inovadora, integral e transformadora, de modo a incentivar o protagonismo, a criticidade, a autonomia intelectual e a empatia. Dessa forma, é garantida uma aprendizagem significativa, atenta às necessidades mais emergentes da sociedade.

Portanto, os fundamentos constituídos neste material têm características que se alicerçam na plena participação, no modelo democrático de gestão, na ponderação de teorias pedagógicas pertinentes ao contexto local, na comunicação efetiva entre gestores, estudantes, professores e pais, na transparência da tomada de decisões e, sobretudo, na qualidade do ensino ofertado.

Espera-se que a Rede Sesc de Educação garanta oportunidades de estudo que promovam o protagonismo estudantil, respeitando as experiências de vida e os territórios, na medida em que crianças, jovens, adultos e pessoas idosas encontrem um ambiente educativo que potencialize a transversalidade e a interdisciplinaridade por meio de ações interprogramáticas.

Missão institucional

Conforme o *Plano Estratégico do Sesc 2022-2026* (2022), o propósito da instituição é promover ações socioeducativas que contribuam para o bem-estar social e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade, para uma sociedade justa e democrática.

A Rede Sesc de Educação corresponde a esse propósito ao ampliar o acesso do trabalhador do comércio, seus dependentes e do público em geral de baixa renda à formação integral. As políticas de integração da educação aos diversos programas do Sesc objetivam formar cidadãos que possam enfrentar os desafios do século 21, incentivando a capacidade criativa e crítica dos estudantes, a resolução de problemas e a colaboração.

Como missão, busca-se oferecer uma escola democrática de qualidade, comprometida com a aprendizagem dos estudantes e com a construção da cidadania. Para isso, deve proporcionar o acesso e a permanência escolar na Educação Básica, com vistas à promoção da igualdade, a equidade de direitos, a valorização das relações afetivas e a diversidade cultural, regional e étnica.

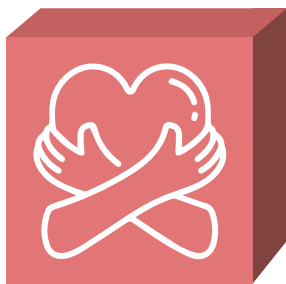
Portanto, seus valores asseguram a promoção de uma escola inclusiva, que considera a aprendizagem permanente, firmada em relações solidárias, empáticas e sustentáveis, na inovação e no mercado do trabalho. A escola deve estar preparada para criar possibilidades de aprendizagem significativa, tornando-se um veículo de transformação social e emancipação humana.

Visão institucional

A visão institucional consiste em ampliar o reconhecimento do Sesc como instituição inovadora e propositiva na oferta de ações para o desenvolvimento humano e social. Para isso, o Programa Educação articula-se a fim de concretizar sua atuação integrada, fortalecendo a identidade institucional por meio da integração sistêmica das unidades escolares em nível regional e nacional, além da promoção de parcerias com outras instituições.

Valores institucionais

Os valores institucionais são um conjunto de reflexões e ações que ressaltam os princípios aplicados ao relacionamento interpessoal e interinstitucional, norteando a convivência em sociedade. Nessa perspectiva, a ética é considerada um valor basilar, e atuar eticamente consiste em iluminar condutas referenciadas por um consenso previamente estabelecido em cada contexto, assumindo a responsabilidade pelas escolhas feitas. Esses valores institucionais permeiam também a constituição da Rede Sesc de Educação e norteiam a ação educativa e o fazer pedagógico, sendo eles:

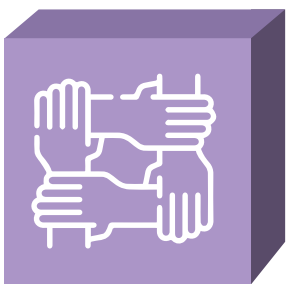


Acolhimento

Adoção de atitudes e condições para materializar o adequado acesso e a permanência dos diversos públicos, considerando aspectos socioeconômicos, estruturais e culturais. É princípio da Rede Sesc de Educação proporcionar ambientes acolhedores e comprometidos com a promoção da diversidade e da inclusão, por meio do estímulo ao respeito mútuo e da garantia da acessibilidade aos membros da comunidade escolar.

Integridade

Atuação íntegra com respeito às pessoas, à diversidade e à legislação nas atitudes, na utilização dos recursos e na comunicação institucional. A transparência nos processos corrobora com a integração, efetivando o compartilhamento de responsabilidades, recursos e práticas.



Diversidade

Tratamento digno para todos, promovendo a acessibilidade, a inclusão sociocultural e recusando qualquer discriminação. Na função educativa, este valor articula-se à personalização e adaptação às necessidades locais, buscando construir planos personalizados de ensino e aprendizagem que considerem metodologias ativas e adaptativas, especificidades regionais, atenção às demandas formativas e flexibilidade. Além disso, reconhece as identidades diversas como valor ao ato de existência, bem como aspecto estruturante do fazer cognoscente, dentro e fora do ambiente escolar.

Excelência

Desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos e métodos de trabalho nas atividades e nos serviços, tendo como referência princípios e práticas que fortaleçam a identidade institucional. A excelência está a favor do compromisso social da instituição com a equidade e o acesso à educação comprometida com o desenvolvimento comunitário e atendimento do seu público prioritário.



Sustentabilidade

Incorporação de práticas sustentáveis, transversais e integradas às ações institucionais. A integração em rede surge como um caminho sustentável e potencializador para o Sesc, levando em consideração seus recursos técnicos e financeiros, sua capilaridade e missão social, e integrando esses conceitos no processo pedagógico.

Inovação

Promoção de um ambiente favorável à criação e experimentação de ideias e iniciativas que propiciem o aperfeiçoamento e mudanças estruturais. A inovação e a transformação tecnológica estão aliadas à formação integral, à qualidade e à excelência no ensino, tanto no desenvolvimento de processos de avaliação integral — com relatórios personalizados e informações estratégicas, a fim de garantir excelência no desempenho das escolas — quanto na adoção de abordagens pedagógicas que valorizem a autonomia, a criatividade e o protagonismo dos estudantes.



Missão social das escolas do Sesc

Considerando o perfil institucional e a missão social, as escolas do Sesc representam um equipamento social da mais alta relevância, pois utiliza estratégias de educação numa perspectiva ampla e que comporta a diversidade de projetos voltados para a cidadania, o mundo do trabalho, a qualificação profissional, a saúde, o meio ambiente, a comunicação e a cultura. Atentas aos indicadores sociais e educacionais, essas escolas maximizam o potencial dos territórios em que atuam.

A Rede Sesc de Educação tem como objetivo contribuir para a formação de cidadãos críticos, participativos, conscientes e engajados com a sociedade em que vivem, participando de maneira efetiva na busca por soluções para os problemas sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Objetivo geral

Promover equidade nos processos de ensino e aprendizagem do Programa Educação, atendendo às demandas formativas do indivíduo no exercício da sua cidadania global. Para isso, o projeto busca integrar as unidades educacionais em rede, viabilizando o compartilhamento nacional de práticas e implementando ações sistemáticas a partir de plataformas de ensino e de gestão, material didático, regulação e formação continuada.

Objetivos específicos

- Estruturar, adequar e integrar as unidades educacionais do Sesc em todo o país.
- Proporcionar condições para a atuação em rede, de forma escalável, modular, adaptável e aplicável em diferentes contextos, valorizando as diversidades regionais.
- Publicar referenciais ajustados com os marcos legais da educação, a fim de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade.

- Posicionar o estudante como o centro do processo de formação, com abordagens educacionais personalizadas e individualizadas, sem suprimir as sociabilidades.
- Aliar a inovação e a transformação tecnológica à melhoria da qualidade das práticas pedagógicas direcionadas ao público atendido e às comunidades onde as escolas do Sesc estão inseridas.
- Promover condições para uma aprendizagem acessível e inclusiva, por meio de um sistema de educação que garanta a todos o acesso ao aprendizado.
- Implementar um sistema de ensino próprio, alinhado à formação integral, com o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais, e às aprendizagens próprias de cada etapa ou segmento da Educação Básica.
- Realizar ações da Educação articuladas com as demais áreas programáticas do Sesc.
- Considerar as especificidades da realidade local, respeitando e explorando os diferentes territórios com uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.
- Desenvolver projetos e ações pedagógicas que promovam a educação empreendedora, a geração de renda e a sustentabilidade.
- Realizar, sistematicamente, ações de formação continuada sobre a história e a cultura dos povos afro-brasileiros, africanos e indígenas, no intuito de promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade racial, cultural e social dos sujeitos e, consequentemente, uma sociedade equânime.
- Promover valores e práticas que alicercem um modo de vida sustentável, a se expressar por meio de atitudes de respeito por todas as formas de vida, pelos recursos naturais do planeta e pelo direito à vida plena.
- Implementar processos de avaliação integral com relatórios personalizados e informações estratégicas, fornecendo assessoria técnica, diagnóstico e fundamentação pedagógica baseada em inovação, a fim de garantir excelência no desempenho das escolas.



Concepções pedagógicas, didáticas e metodológicas

Em consonância com as *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019) e as propostas pedagógicas e educativas de cada segmento de atuação, as concepções e princípios apresentados neste documento buscam fundamentar a função social da escola.

Concepção de currículo

O currículo é um conceito amplo e abrange quase todas as atividades realizadas na escola, representando uma trajetória, um processo. A escola, em sua essência, é composta principalmente por relações sociais e humanas. Uma vez que o currículo está relacionado a um determinado território, ele também se torna um campo de conflitos, envolvendo escolhas, decisões e dinâmicas de poder. Portanto, discutir o currículo significa discutir o projeto educacional, a configuração atual da escola e a visão que temos para o seu futuro. Todas as atividades e eventos que ocorrem na escola refletem sua perspectiva curricular (GADOTTI, 2008).

Nesse contexto, o currículo deve promover a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral, tendo relação com a formação cidadã, a inclusão, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) e os temas transversais. Seu propósito é fazer com que os estudantes desenvolvam uma consciência crítica e uma postura ética diante das demandas da sociedade. Por isso, deve ser pensado como uma totalidade integrada, evitando a fragmentação excessiva dos conteúdos. Deve articular diferentes áreas do conhecimento, promovendo uma visão transdisciplinar e contextualizada da aprendizagem. Conforme Libâneo (1994), o currículo deve prever flexibilidade e adaptabilidade, permitindo ajustes e modificações de acordo com as necessidades e os interesses dos estudantes, já que o planejamento curricular é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações.

Pensar no currículo é, sobretudo, compreender os eixos que estruturam o trabalho docente, garantindo o alcance do que compreendemos como a função social da escola. Ele é o processo, o promotor da leitura de mundo, mobilizando conhecimentos sem hierarquização, numa perspectiva transdisciplinar. Nesse sentido, a escolha dos saberes, das habilidades e das competências que compõem o

currículo deve ir além dos saberes sistematizados nos diversos campos do conhecimento, incorporando e tomando como objeto de estudo saberes, práticas, costumes e valores que estão na base da vida cotidiana (SESC, 2019). A organização curricular deve garantir a promoção de diálogos permanentes entre autores, conhecimentos, percepções de mundo, saberes e culturas locais, de maneira constante e permanente.

É necessário que a proposta de educação integral esteja em diálogo com práticas de gestão integrada que garantam a unidade na rede de educação ao mesmo tempo em que sustentam o exercício da autonomia de cada escola e sua relação com o território.

Nesse sentido, há uma relação indissociável entre a escola e o espaço em que ela ocupa, que deve integrar o modelo curricular proposto, uma vez que não é possível implementar práticas curriculares de educação integral desconectadas do contexto no qual os estudantes e suas famílias vivem. O território tem a potência de ser percebido como um sistema integrador de relações sociais, e a escola precisa trazer para seu projeto político-pedagógico saberes e práticas que se constituem nesse local. É, portanto, esse território, em suas diversas dimensões e escalas, que precisa ser conhecido, reconhecido e incorporado pela reflexão crítica da escola no seu projeto, pois sua função é ensinar os seus estudantes a refletir e produzir conhecimento, para a transformação da realidade local e global (WEFFORT; ANDRADE; DA COSTA, 2019).

Sendo assim, é papel dos Departamentos Regionais promover um processo dialógico e integrado, que envolva os gestores educacionais, docentes e estudantes na construção de uma proposta curricular e na definição dos recursos necessários à sua implementação. Portanto, o currículo deve estar em consonância com questões relevantes e significativas para os estudantes em seu contexto social, ambiental, cultural e econômico. Deve também reconhecer e incorporar as diversas formas de conhecimento presentes na comunidade, conectando a educação com a vida cotidiana e as demandas da sociedade.

Concepção de ensino e aprendizagem

Ambos os processos, o ensino e a aprendizagem, devem ocorrer de forma integrada, voltados para o desenvolvimento do estudante em suas mais variadas potencialidades. Essa concepção encontra-se fundamentada nas correntes do Cognitivismo, de Jean Piaget; do Sociointeracionismo, de Vygotsky; da Pedagogia Sociocultural, de Paulo Freire; das Inteligências Múltiplas, de Gardner; e do Conectivismo, de George Siemens e Stephen Downes.

A primeira defende que o sujeito constrói conhecimento a partir da experiência com o mundo físico e social, ou seja, na ação sobre o ambiente. Entende também que o indivíduo passa por períodos universais em seu processo de desenvolvimento, adquirindo capacidades necessárias para provocar mudanças qualitativas em seu progresso (PIAGET, 1986).

A perspectiva Sociointeracionista acredita que cada uma das experiências vividas faz com que a criança transforme suas capacidades e as significações elaboradas, abrindo-se para novos conhecimentos e modificando seu modo de agir (VIGOTSKI, 2009). Nesse sentido, a escola contribui com o desenvolvimento das capacidades necessárias para que os estudantes construam por si mesmos instrumentos de compreensão da realidade e das participações sociais, políticas e culturais.

Tendo Paulo Freire como o seu principal representante, a Pedagogia Sociocultural é considerada em todos os âmbitos da educação, mais especificamente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Na perspectiva sociocultural, o objetivo da educação é proporcionar ao estudante a consciência da realidade e a seu poder de transformá-la. Intenciona promover e construir condições para o desenvolvimento de uma atitude de reflexão crítica comprometida com a ação. Assim, a educação tem o papel de anunciar e denunciar as questões que se impõem na realidade, a fim de construir o futuro, e sua concepção é ampliada para além da escola, na crença de que ocorre em todo lugar. No entanto, é no ambiente escolar que se torna possível o crescimento mútuo de professores e estudantes, na mediação para o processo de conscientização e aquisição de conhecimento como transformação do próprio estudante e do mundo.

Ainda na perspectiva sociocultural, as situações de ensino e aprendizagem devem superar as relações desiguais e basear-se em estratégias problematizadoras. Por isso, são promovidas oportunidades de cooperação, organização e solução de problemas em comum. Segundo Paulo Freire (1987), o professor e o estudante são sujeitos dos processos de ensino e aprendizagem e se educam entre si.

Em relação aos principais paradigmas educativos e teorias da aprendizagem, a perspectiva das Inteligências Múltiplas está no plano da Educação do Sesc por articular com os pontos de vista de uma educação integral. Na década de 1990, Howard Gardner ampliou o estudo e a pesquisa sobre aprendizagem, afirmando que o pensamento é complexo e a inteligência é uma função que transpassa a resolução de problemas lógico-matemáticos e o domínio da língua. Essa teoria valoriza a inteligência global a partir dos diferentes tipos de inteligência em diferentes

graus de capacidade. Dessa maneira, todos possuem capacidades em distintas áreas e níveis de desenvolvimento sociocognitivo. As diferentes potencialidades dos estudantes devem ser fomentadas de diversas maneiras, atendendo às necessidades individuais.

Entre as referências de Gardner estão os aportes dos estudos de Piaget, sobre os estágios de desenvolvimento, e de Vygotsky, sobre a importância da interação para a aprendizagem. O pesquisador ainda classificou oito tipos de inteligência: lógico-matemática, interpessoal, intrapessoal, linguística, musical, espacial, corporal-cinestésica e naturalista (GARDNER, 1995).

Já o Conectivismo, apresentado pela primeira vez em 2004, é uma teoria da aprendizagem da era digital e tem como seus principais representantes George Siemens e Stephen Downes. É uma proposta que considera o sujeito, as condições ambientais e a relação que se estabelece entre eles por meio da tecnologia, algo internalizado na vida dos estudantes. A aprendizagem é definida como um processo contínuo que ocorre em diferentes cenários, incluindo as comunidades de prática, as redes sociais e o desempenho de tarefas. Essa corrente teórica entende a aprendizagem como a capacidade de filtrar informações relevantes, ajustar-se às mudanças e avaliar a consequência das decisões em um processo ativo e interativo (SIEMENS, 2004).

A articulação entre o ensino e a aprendizagem, à luz desses referenciais teóricos, possibilita a progressiva sistematização das experiências dos estudantes, incentivando-os a adquirir novas formas de se relacionar com o mundo, de ler, formular, testar e refutar hipóteses, e, então, elaborar conclusões a partir de uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Portanto, entende-se que adultos, jovens e crianças aprendem de forma ativa, por meio de experiências, interações, brincadeiras, diálogos e encontros, que são gerados pelo cotidiano e por propostas planejadas intencionalmente pelos educadores.

Concepções metodológicas

As metodologias orientam a maneira como o ensino e a aprendizagem acontecem e se manifestam por meio de abordagens, estratégias e técnicas concretas, que são distintas e específicas. A escolha dessas metodologias precisa estar alinhada à ideia do estudante como um ser que aprende de forma ativa a partir do contexto em que se encontra.

Sendo assim, as metodologias ativas se apresentam como um conjunto de estratégias pedagógicas que visam inserir o estudante como principal agente em todos os estágios do processo de ensino e aprendizagem, tendo como objetivo criar ambientes nos quais os indivíduos estejam engajados. Eles são incentivados a desenvolver a autonomia, o pensamento crítico e criativo e, por consequência, conceituar suas experiências. Essas abordagens visam também à construção do conhecimento relacionado às atividades em que estão envolvidos, bem como o desenvolvimento de habilidades críticas que lhes permitem refletir sobre suas práticas, receber e fornecer feedbacks e interagir com os colegas. Dentro desse contexto, é fundamental considerar o estudante um participante ativo e engajado em seu próprio processo de aprendizagem (BACICH; MORAN, 2017).

A base para as propostas pedagógicas que constituem as metodologias ativas remonta ao movimento da Escola Nova, que se desenvolveu no final do século 19 e início do século 20, fundamentado nas ideias de pensadores como o filósofo John Dewey, que defendia a aprendizagem experiencial, com o pensamento de que os estudantes aprendem melhor quando estão envolvidos ativamente em projetos e atividades práticas. No entanto, sua origem como movimento pedagógico se deu, formalmente, a partir da década de 1980, com o avanço significativo das pesquisas em neurociência, em especial no campo do imageamento cerebral, e com a consolidação da teoria cognitivo-comportamental. Esses fatores reforçaram ainda mais os estudos educacionais que destacavam o potencial do aprendiz em desempenhar um papel ativo na criação de uma aprendizagem significativa (JENSEN, 2008).

Com o objetivo de cultivar uma aprendizagem que favoreça o engajamento dos estudantes, promova a autonomia intelectual e proporcione uma compreensão mais profunda, uma variedade de abordagens e metodologias é empregada no âmbito educacional. Essas estratégias têm como princípio fundamental envolver os estudantes no processo de aprendizagem, promovendo o protagonismo estudantil nas atividades educacionais, como destacado nos exemplos mais adiante.

As metodologias ativas têm demonstrado inúmeros benefícios para a aprendizagem, como o aumento da motivação dos estudantes, a melhoria na retenção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas, como o pensamento crítico, a resolução de problemas e a comunicação eficaz. Além disso, elas promovem a flexibilidade cognitiva e preparam os estudantes para o mundo real, em que a capacidade de aprender de forma contínua e aplicar o conhecimento de maneira prática é essencial.

Aprendizagem baseada em projetos (ABP)

Os estudantes trabalham em projetos relacionados ao conteúdo, aplicando o conhecimento teórico na resolução de problemas reais, estimulando a criatividade, o trabalho em equipe e a aplicação prática do conhecimento (BENDER, 2015). Eles precisam buscar informações, trabalhar em equipe e aplicar o conhecimento adquirido para resolver os desafios apresentados (MUNHOZ, 2015).

Aprendizagem baseada em problemas (*Problem-Based Learning – PBL*)

Os estudantes são apresentados a problemas complexos que exigem pesquisa, análise e solução.

Sala de aula invertida (*Flipped Classroom*)

Os estudantes analisam o conteúdo fora da sala de aula, em geral por meio de vídeos ou leituras, e as aulas são reservadas para discussões, resolver dúvidas e atividades práticas. A partir disso, há a promoção de uma personalização da aprendizagem e permite que os estudantes assumam o controle da sua própria jornada de aprendizado (BERGMANN; SAMS, 2016).

Estudo de caso

Os estudantes investigam qualitativamente uma ou várias situações buscando explorar, explicar ou avaliar um fenômeno complexo em seu contexto natural, usando múltiplas evidências. Isso permite uma compreensão mais aprofundada sobre o tema abordado e a incorporação de variadas perspectivas e vozes, favorecendo o processo criativo do estudante pesquisador (MCDADE, 1995).

Rotação por estações

É um dos modelos de rotação do ensino híbrido, que consiste na rotação de pequenos grupos de estudantes em diferentes estações de atividades diversificadas, conectadas por um tema e independentes entre si. Nas estações, as atividades buscam contemplar os diferentes estilos de aprendizagem e a multisensorialidade, por meio de diferentes estímulos, a fim de potencializar a aprendizagem (HONER; STAKER, 2015).

Aprendizagem maker

É uma metodologia que explora o processo de aprendizagem por meio do fazer. Os estudantes são desafiados a criar ou melhorar algo utilizando diferentes materiais, ferramentas e tecnologias em um ambiente que estimula a experimentação, o compartilhamento e a reflexão (RAABE, 2018).

Aprendizagem cooperativa

Os estudantes trabalham em pequenos grupos heterogêneos, desempenhando diferentes funções, a fim de alcançar objetivos comuns. Eles colaboram entre si, discutem ideias e ensinam uns aos outros, promovendo o desenvolvimento de habilidades interpessoais e a compreensão mais profunda do conteúdo (DE DEUS *et al.*, 2021).

Instrução por pares

Essa abordagem estimula o envolvimento e a colaboração dos estudantes, além de facilitar a compreensão do conteúdo por meio de discussões e debates entre colegas. As etapas envolvem a exposição do conteúdo pelo professor, seguida da busca por um consenso em relação à resposta correta por meio de debates em pequenos grupos de estudantes (MAZUR, 2015).

Gamificação

É uma estratégia que aplica elementos de jogos, como regras, objetivos, desafios, recompensas e feedbacks, em contextos educacionais, com o intuito de motivar e engajar os estudantes em seus processos de aprendizagem. Estimula a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico, além de proporcionar um ambiente mais divertido, dinâmico e interativo para o aprendizado (BORGES *et al.*, 2013).

Aprendizagem ativa on-line

Mesmo em ambientes de ensino a distância, é possível implementar metodologias ativas por meio de fóruns de discussão, atividades colaborativas on-line, simulações interativas e outras estratégias que envolvam os estudantes de forma ativa (FILATRO, 2018).

Para saber mais sobre metodologias ativas:

moran.eca.usp.br/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf



Concepção de rede

A Rede Sesc de Educação integra suas escolas por meio de uma conexão robusta com sistemas de gestão de dados, uma plataforma de ensino adaptativa e material didático autoral. Baseada nas diretrizes institucionais de educação do Sesc, essa estrutura dá concretude às Propostas Pedagógicas da instituição no fazer pedagógico, reduzindo desigualdades e promovendo oportunidades equitativas para o desenvolvimento das aprendizagens.

O sistema de ensino da Rede Sesc de Educação possibilita um acompanhamento integrado da trajetória dos estudantes, permitindo que educadores, coordenadores pedagógicos e equipes gestoras tanto dos Departamentos Regionais quanto do Departamento Nacional acompanhem o progresso individual dos estudantes.

Esse monitoramento facilita decisões mais assertivas, apoiando a definição de percursos formativos e a oferta de capacitações continuadas para os profissionais envolvidos no processo pedagógico. Além disso, o material didático é projetado para responder às demandas contemporâneas, contribuindo para uma educação contextualizada e de qualidade, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes e na promoção de uma aprendizagem conectada com a realidade atual.

Concepção de avaliação

Amparada nas propostas pedagógicas de cada segmento e nas normativas da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), contemplando a formação integral e por competências dos estudantes, as práticas de avaliação necessitam ter caráter diagnóstico, formativo, processual e emancipador.

A avaliação formativa é comprometida não com os resultados, mas com a melhoria dos processos de aprendizagem. O principal objetivo é permitir que o professor acompanhe, de maneira consistente e sistemática, o processo de aprendizagem do estudante, começando pela avaliação diagnóstica de seu conhecimento prévio, seguida pela formulação de hipóteses, chegando à construção concreta de conceitos e à contextualização dos conteúdos.

A avaliação diagnóstica tem como função identificar os conhecimentos prévios dos estudantes, subsidiando o planejamento do professor e ampliando os espaços e os tempos para que os estudantes também reflitam sobre os objetivos e as expectativas de aprendizagem. Logo, para além de resultados pontuais, a avaliação deve considerar todo o processo da aprendizagem. Sua finalidade é, portanto, oferecer elementos diagnósticos sobre o ensino e a aprendizagem, possibilitando retomadas e ajustes nos processos desenvolvidos por estudantes, docentes e demais profissionais da equipe pedagógica (SESC, 2019).

Ao desenvolver a avaliação, é fundamental ter lucidez acerca das metas formativas estipuladas, das circunstâncias disponíveis para o desenvolvimento das atividades escolares e das necessidades particulares dos estudantes. O acompanhamento das práticas e das condições que moldam o trabalho educativo requer uma análise reflexiva das escolhas de conteúdo e de suas abordagens, interligadas aos processos de ensino e aprendizagem. Esse enfoque promove o diálogo entre educadores e estudantes, estimulando a discussão sobre os saberes a serem adquiridos, abrangendo aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e diversas linguagens de maneira integrada (SESC, 2019).

Nessa perspectiva, as escolas que compõem a Rede Sesc de Educação devem assegurar uma **avaliação diversificada e inclusiva**, que mobilize diferentes linguagens, para que os estudantes possam expressar o que aprenderam e se desenvolver de forma integral em suas múltiplas e distintas dimensões (SESC, 2019). O erro é um princípio para a promoção de avanços na aprendizagem. Portanto, o professor deve compreender não somente o que o estudante sabe, mas também como o estudante aprende nas diferentes situações.

Para acompanhar o trabalho pedagógico, é necessário que a equipe docente faça uso de **múltiplos instrumentos de avaliação**, garantindo a compreensão dos distintos ritmos e progressões de aprendizagem. Podem compor esses instrumentos: relatórios individuais e em grupo, registros diários de observações sensíveis e reflexivas, portfólios sobre a trajetória dos estudantes, feedback de sistema de gestão da aprendizagem, autoavaliação, avaliação institucional, resultados de avaliação em larga escala, entre outros.

No âmbito do projeto político-pedagógico, enfatiza-se a importância do acompanhamento contínuo dos estudantes como elemento crucial no processo de aprendizagem da Rede Sesc de Educação. Portanto, os múltiplos instrumentos de avaliação precisam ser acompanhados de uma abordagem de intervenção pedagógica em diferentes níveis de articulação do percurso do estudante.

Se pensarmos, por exemplo, nas experiências de aprendizagem conduzidas por meio de uma plataforma adaptativa, podemos, em um primeiro nível de análise, partir da autonomia do estudante, que, com auxílio da inteligência artificial, pode avaliar criticamente o seu percurso e fazer uso de possíveis trilhas a serem ofertadas em complementariedade ao seu progresso. Em um segundo nível, essa plataforma também permite ao docente e à coordenação pedagógica produzir, junto ao estudante, feedbacks articulados com as avaliações realizadas por ele em seu percurso individual, bem como sugestões de trilhas novas ou complementares. Em um terceiro nível, permite aos coordenadores e supervisores pedagógicos um trabalho formativo junto aos docentes para articular estratégias mais eficazes para o desenvolvimento das aprendizagens.

Esta abordagem em diferentes níveis possibilita a construção de caminhos na produção de conhecimento, e reflete o compromisso em garantir o pleno desenvolvimento de cada estudante, fornecendo suporte adequado por meio de recursos inovadores.



A autoavaliação necessita ser uma prática desenvolvida em todos os setores da escola, em caráter institucional e em sala de aula. Com ela, os estudantes têm a oportunidade de avaliar-se, exercitando a autocrítica e a autonomia em seus processos de aprendizagem. Do mesmo modo, os setores pedagógicos e administrativos da escola são partes fundamentais e atuantes em uma cultura de avaliação, considerando práticas colaborativas de análise conjunta com a equipe gestora, buscando a autogestão e a revisão sistemática dos fluxos.

Conforme a legislação vigente (BRASIL, 1996), é dever das escolas garantir os estudos de recuperação com tratamento especial dispensado aos estudantes nas situações de avaliação da aprendizagem cujos resultados forem considerados insuficientes. A partir da autonomia de cada escola e conforme os regimentos locais, deve-se promover meios para a recuperação dos estudantes, priorizando os processos de recuperação contínua e paralela, realizados no decorrer do ano letivo.

Concepção da função docente

O Sesc acredita na importância da participação de todos os sujeitos que compõem a escola para que cumpram sua função social. Nesse contexto, ganham especial relevância as ações conduzidas pelos docentes, que traduzem em práticas pedagógicas tudo aquilo que foi objeto de escolha pelo coletivo da escola para a composição do currículo (SESC, 2019).

Portanto, a atuação docente tem papel imprescindível na potencialidade dos diversos espaços de aprendizagem, principalmente como mediadora, possibilitando aos estudantes serem protagonistas de sua própria aprendizagem, por meio da escolha de estratégias específicas, da contextualização de conteúdos e do estabelecimento de vínculos com eles (VOLKWEISS *et al.*, 2019).

Promover a aprendizagem significativa e o desenvolvimento social dos estudantes é um dos principais objetivos do professor. Nesse sentido, alguns pontos se destacam e, apesar da individualidade de cada professor, é fundamental a compreensão de sua importância como agente ativo na criação de um ambiente de aprendizagem colaborativo e sensível, incentivando os estudantes a interagirem, compartilharem ideias e construir conhecimentos tanto de forma coletiva como individual.

Entre aspectos sobre o papel do professor, destacam-se:

Mediação da aprendizagem

O professor é visto como um facilitador da construção do conhecimento, criando oportunidades de interação entre os estudantes e o ambiente de aprendizagem. Ele é um mediador que fornece suporte, orientação e recursos para ajudar os estudantes a progredirem em suas zonas de desenvolvimento proximal (ZDP), representando a diferença entre o que o estudante pode fazer de forma independente e o que pode realizar com o auxílio de um adulto ou colega mais experiente (VYGOTSKY, 2007).

Inovação

Diante das atuais demandas da contemporaneidade, é importante que os professores sejam inovadores e criativos em suas práticas pedagógicas, buscando incorporar materiais e contextos relevantes para os estudantes. São as diferentes abordagens e estratégias que podem favorecer o engajamento dos estudantes e promover uma educação mais significativa.

Cumplicidade e construção conjunta de significados

Incentivar o trabalho em grupo e a colaboração entre os estudantes é essencial para construir significados compartilhados. Ao promover a interação entre os pares, eles aprendem a partir de diferentes perspectivas e experiências, o que enriquece sua compreensão do conteúdo e leitura de mundo.

Valorização da cultura e das experiências dos estudantes

Reconhecer a diversidade cultural dos estudantes e valorizar suas experiências de vida são premissas importantes. Para isso, torna-se necessário um currículo com atividades de ensino sensíveis às diferentes origens etnoculturais, permitindo que os estudantes se sintam representados e engajados. Segundo Edgar Morin (2000), o professor pode atuar como um facilitador do aprendizado, criando um ambiente propício à exploração e à descoberta, incentivando os estudantes a serem protagonistas de sua própria educação.

Abertura ao diálogo

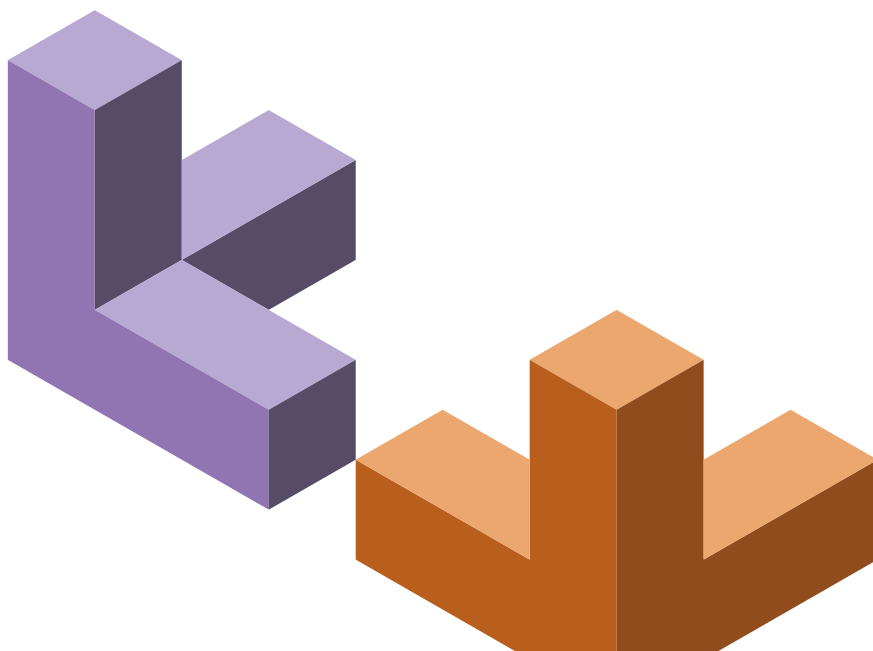
A interação verbal desempenha um papel fundamental no processo de aprendizagem sociointeracionista. O professor favorece o diálogo, promove discussões em sala de aula e incentiva os estudantes a expressarem suas ideias e pontos de vista. A comunicação é vista como uma ferramenta essencial para o pensamento e para a aprendizagem, e é a partir da relação dialógica que também se pode colaborar com o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração e resolução de problemas, que são essenciais para enfrentar os desafios complexos da vida.

Participação na comunidade escolar e território educativo

O docente é parte essencial da comunidade escolar e colabora com outros professores, famílias e gestores para fortalecer o ambiente educacional e promover uma educação de qualidade.

Atualização e desenvolvimento profissional

A docência exige a busca constante pela atualização, além do exercício de ser pesquisador, com vistas a aprimorar as habilidades pedagógicas para lidar com as demandas educacionais em constante evolução.



Concepção da função gestora

O Sesc tem por característica a gestão descentralizada e a autonomia regional, conseguindo, assim, constituir uma atuação alinhada a princípios comuns e diversificados, apresentando resultados sinérgicos para a sociedade.

A gestão escolar envolve a articulação do conjunto de práticas desenvolvidas nos diversos setores da escola para o cumprimento da sua função social. É, portanto, uma atividade que requer liderança, comunicação, conhecimento, interação, e compartilhamento de responsabilidades. A concepção da função gestora versa sobre a construção de um ambiente favorável ao diálogo e à participação em um clima de confiança que possibilite o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e a discussão de diferentes perspectivas na realização de escolhas coletivas, sendo, portanto, de natureza participativa (SESC, 2019).

A função da gestão é fundamental para garantir um projeto pedagógico coletivo e dialógico. Nesse sentido, deve-se buscar a efetividade das estratégias por meio da participação educativa e avaliativa dos envolvidos em cada etapa do processo, pensando desde o planejamento até o acompanhamento dos resultados. Portanto, a participação dos estudantes, sejam crianças, jovens, adultos ou pessoas idosas, é crucial.

No contexto da educação por inteiro, a gestão democrática é fator essencial para que o processo educativo esteja de fato orientado pelo território, pelos interesses, pelas necessidades de aprendizagem e pelo desenvolvimento coletivo.

Nas escolas, a gestão democrática é evidenciada nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada unidade de ensino com a participação ativa da comunidade escolar — estudantes, educadores, famílias e outros atores que se relacionam com o ambiente escolar e seu território. Para isso, é fundamental o diálogo permanente por meio de processos constantes de ação-reflexão-ação.

Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico da Rede Sesc de Educação tem como missão contribuir para a formação de cidadãos capazes de enfrentar os desafios do século 21, por meio do “incentivo à capacidade criativa dos estudantes, mediante ensino para a construção do bem comum, a resolução de problemas e a colaboração. Essa é, em suma, a função social da escola” (SESC, 2019, p. 15). Para isso, devem ser respeitados os momentos singulares de aprendizagem dos estudantes, por meio de processos conduzidos em um ambiente de inclusão, cooperação e compartilhamento de saberes (SESC, 2019).

A função social da escola implica o desenvolvimento de um Projeto Político-Pedagógico que articule as formas de pensamento relacional e crítico e de repertório cultural amplo, que se apoiem em saberes locais, regionais e globais, a partir de abordagens transdisciplinares. Sua missão se baseia na promoção da paz social e da emancipação a toda a sua clientela, respeitando as individualidades de cada um, suas necessidades e expectativas.

Para a articulação dos currículos locais das escolas integradas à Rede Sesc de Educação, é preciso considerar:

1. As *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019) e as *propostas pedagógicas* do Programa Educação, que tratam da especificidade do atendimento e dos eixos que norteiam a oferta educativa articulados à missão social do Sesc.

- *Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental*
- *Proposta Pedagógica da Educação Infantil*
- *Proposta Pedagógica do Ensino Médio*
- *Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos*
- *Proposta Educativa do Projeto Criar Sesc*
- *Proposta Educativa Sesc Ciência*

2. A BNCC, pois é fundamental atender às normativas referentes às competências gerais da Educação Básica e de cada etapa, resultando em uma organização curricular que dá conta das aprendizagens essenciais para cada área de conhecimento e da carga horária estipulada.

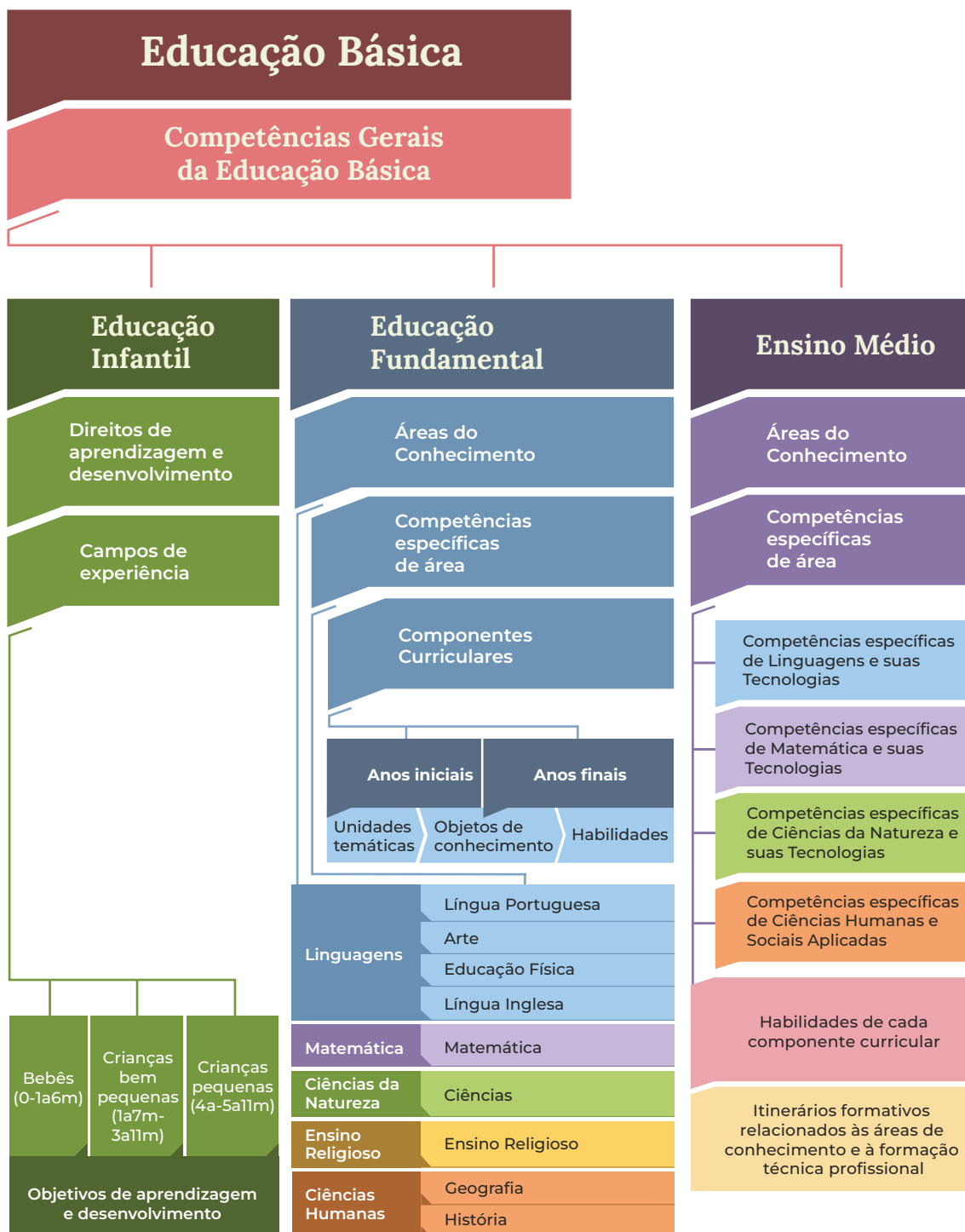


Imagem inspirada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018)

3. Os **planos de cursos** de cada etapa, que, em alinhamento com a qualidade de oferta educacional já normatizada pela BNCC e pelos documentos norteadores do Programa de Educação do Sesc, estipulam os indicadores das competências mínimas que devem ser garantidas aos estudantes e que, preferencialmente, podem ser ampliadas por cada escola e Departamento Regional no seu currículo, em diálogo com as características regionais.

A missão do Sesc se fundamenta na concepção de uma escola laica que defende a pluralidade de ideias, culturas e posicionamentos, todos amparados em uma ética planetária, que garante a integridade e a dignidade dos sujeitos no meio em que vivem.

As escolas do Sesc têm como compromisso uma educação transformadora, promovendo criatividade, autonomia, cidadania e inclusão, direcionando seus passos para o desenvolvimento educacional, tecnológico, ambiental e socioemocional, acompanhando, assim, as mudanças vivenciadas nas últimas décadas.

Para garantir que esse propósito se consolide no ambiente escolar, situa-se a atualidade de algumas reflexões essenciais para a construção curricular integrada e transversal à educação básica. São elas: Educação 5.0, educação socioemocional, educação digital, projeto de vida e compromisso social, educação empreendedora, diversidade e educação inclusiva, educação para as relações étnico-raciais e educação socioambiental.

Educação 5.0

A Educação 5.0 é um conceito que surge em paralelo às concepções e demandas educacionais resultantes das transformações socioeconômicas vivenciadas na contemporaneidade. Ainda em construção, é uma ideia que se atualiza em diferentes perspectivas. Conforme Filatro e Loureiro (2021), alguns autores a definem como uma abordagem educacional ampla que busca integrar as novas tecnologias para pensar em processos educativos mais humanos. O foco é uma formação não apenas voltada para a dimensão cognitiva, mas também para a capacidade de integrar os recursos da era digital e as aprendizagens, resultando em soluções inovadoras, ligadas ao desenvolvimento social mais sustentável.

Para a Educação no Sesc, o entendimento de novas abordagens que atualizam a prática educacional dialoga, acima de tudo, com a premissa máxima da educação

integral, já que ela necessita contemplar os diversos aspectos do desenvolvimento humano em uma perspectiva inclusiva, vinculando o pensar, o sentir e o agir como práxis de entendimento e transformação do mundo (SESC, 2019). Nesse aspecto, a inevitável presença da tecnologia no cotidiano precisa ser tratada de forma crítica, reflexiva e como eixo de transformação. Para a Rede Sesc de Educação, essas novas abordagens são de grande importância porque promovem a ação de repensar o papel do avanço tecnológico, colocando-o a serviço do desenvolvimento socioemocional e, portanto, humano e social.

Entende-se, assim, que a Educação 5.0 não está em oposição às definições da Educação 4.0, mas em continuidade e ampliação. Se, na Educação 4.0, o uso da tecnologia e o desenvolvimento das habilidades digitais estão no centro do processo educativo, na Educação 5.0, passa-se a considerar a formação humana e a melhoria das condições de vida como principal ponto das inovações e transformações tecnológicas. Portanto, os processos inovadores vão além da mera inclusão de recursos tecnológicos para apoiar as estratégias de ensino e aprendizagem existentes. Assim, emerge um novo paradigma, focado no estudante, no desenvolvimento de habilidades e competências e na proposição de um currículo que integre a aprendizagem com o mundo real e prático (FILATRO; LOUREIRO, 2021).

Em sintonia com as discussões sobre a Sociedade 5.0, a inovação e a evolução das tecnologias digitais devem se comprometer a promover o convívio harmonioso com os recursos físicos na construção de cidades inteligentes. Isso é crucial para a preservação ambiental, a democratização dos direitos sociais e a inclusão de todos os cidadãos. Logo, a Educação 5.0 tem maior foco no desenvolvimento das aprendizagens essenciais, como a criatividade, o pensamento crítico, a comunicação, a autonomia, a resolução de problemas, a colaboração e a inteligência emocional. Contudo, a combinação entre as áreas de conhecimento, as competências cognitivas e as socioemocionais necessita amparar-se na formação integral do indivíduo e na educação ao longo da vida, pois o aprendizado se constitui nos espaços formais e informais, em uma relação dialógica entre a escola e o território como espaço educativo.

Além disso, uma sociedade envolta em sistemas de produção cada vez mais complexos — em que as relações são mediadas por tecnologias e processos inovadores, com fluxos de informação cada vez mais intensos — carece de sujeitos capazes de construir seus saberes a partir de estratégias efetivas de questionamento. O novo paradigma indica que as antigas respostas já não mais satisfazem os desafios.

É necessária a aquisição metodológica da construção transversal de saberes. No cerne dessa construção, encontra-se o ato de perguntar. As soluções para os desafios que se colocam vão partir, em primeiro lugar, da compreensão desses desafios. Em segundo lugar, partirão da articulação de saberes múltiplos para a busca de respostas transitórias, e de protótipos de experiências que talvez se conformem em novas perguntas, criando, assim, um ciclo virtuoso de desenvolvimento e produção de novos conhecimentos.

No campo da educação, a integração com as tecnologias digitais, a partir da abordagem da Educação 5.0, implica considerar:

- **A potencialidade dos recursos digitais e de informações estratégicas** para favorecer o aprendizado adaptativo e personalizado, em atendimento à diversidade de aquisição de saberes, criando ambientes de aprendizagem mais participativos e engajadores, comprometidos com a qualidade e com as especificidades de cada unidade e segmento da Educação Básica e Ampliada do Sesc.
- **As possibilidades dos recursos tecnológicos emergentes**, como inteligência artificial, realidade virtual, robótica, gamificação e plataformas de aprendizagem on-line, para aprimorar a experiência educacional, personalizar a aprendizagem e fornecer feedback individualizado aos estudantes em uma perspectiva inclusiva e intercultural.
- **A ampliação e diversidade de ofertas educacionais híbridas e mais flexíveis**, além da efetiva **experiência do ensino presencial**, já reconhecida nas escolas do Sesc. Isso favorece a proposição de trilhas formativas com maior sentido, interatividade e contextualização, permitindo que os estudantes se envolvam ativamente na construção do conhecimento.
- **A função social da escola** perante a atual convergência dos espaços virtuais e físicos, já que a formação para a cidadania é atravessada também pela dimensão dos territórios digitais.
- **A formação de sujeitos críticos e questionadores**, capazes de articular diferentes saberes, linguagens e recursos na busca por soluções para os desafios.

Educação socioemocional

No contexto dos documentos orientadores da Educação Básica, a educação socioemocional apresenta-se como um tema transversal e essencial na contemporaneidade, e sua relação com a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) é de grande relevância para a formação integral dos estudantes. Esse documento reconhece que a formação de cidadãos completos requer não apenas o domínio de conhecimentos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao convívio social, à inteligência emocional e à capacidade de enfrentar desafios.

Homologada em 2017, a BNCC estabelece diretrizes para a construção de um currículo diversificado, inclusivo e alinhado com as demandas do século 21, apontando para a importância de trabalhar a educação socioemocional de forma progressiva e articulada, por meio da integração entre as disciplinas em projetos interdisciplinares, o projeto de vida, a cultura escolar e a formação de professores. Desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, são abordadas diferentes competências socioemocionais que dialogam com as competências gerais do documento, que devem ser contempladas em práticas pedagógicas e no currículo escolar, tais como autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania, trabalho e projeto de vida e cultura digital.

Nesse sentido, os indivíduos, ao se depararem com problemas, idealizações e relacionamentos sociais, podem ser influenciados e modificados por essas experiências a partir de suas emoções. Na perspectiva da neurociência, a emoção é um fator que potencializa a aprendizagem, pois “sinaliza o valor da experiência, promove constituição de sentido e gera motivação para a aprendizagem” (AMARAL; GUERRA, 2022). Portanto, emoção e cognição são indissociáveis: há uma interdependência entre esses processos, que atuam de forma cooperativa no cérebro (DUNCAN; BARRET, 2007).

As emoções constituem um aspecto crítico de como, o que e por que as pessoas pensam, lembram e aprendem (IMMORDINO-YANG, 2015). Sem as emoções, seria impossível construir memórias, realizar pensamentos complexos, tomar decisões significativas e gerenciar interações sociais (AMARAL; GUERRA, 2022). Estudos recentes destacam o impacto significativo das habilidades emocionais no desenvolvimento de resultados positivos ao longo da vida adulta, configurando aspectos essenciais, tais como renda, bem-estar e integração social (CHERNYSHENKO *et al.*, 2018).

Além disso, as descobertas da neurociência enfatizam a influência direta das emoções no modo como os estudantes acessam, assimilam e fixam informações. Sendo assim, é imprescindível ir além do paradigma educacional que se concentra apenas nos processos cognitivos, pois o reconhecimento da dimensão emocional e social da experiência humana emerge como uma necessidade fundamental na construção de uma abordagem educativa mais completa e eficaz. Ao incorporar tais elementos, podemos aspirar a um ambiente educacional mais enriquecedor, que não apenas promove o desenvolvimento intelectual, mas também fomenta o crescimento emocional e social dos estudantes (IMMORDINO-YANG, 2015).

O Sesc parte da perspectiva de uma educação que olha para o sujeito de maneira integral, contemplando os aspectos do desenvolvimento humano para além das habilidades cognitivas. Portanto, a educação integral, premissa exposta nos documentos orientadores e tema central das *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019), deve estar presente em todas as estratégias de aprendizagem propostas. Assim, conforme enuncia a “Diretriz 1”:

Espera-se que a organização dos tempos, espaços e saberes valorize a criatividade, a inovação dos processos, a autonomia, o pensamento crítico e as competências socioemocionais do estudante e do papel do docente, resguardando as especificidades do trabalho escolar e, ao mesmo tempo, abrindo-se para as articulações e parcerias que contribuam para esse fim. (SESC, 2019, p. 17)

De acordo com Edgar Morin (2005), a compreensão do ser humano deve ultrapassar a visão fragmentada e reducionista. Ele propõe a concepção de indivíduo integral e multifacetado, na qual o conhecimento não deve ser setorizado em disciplinas isoladas, mas integrado para compreender a complexidade da existência humana. Essa abordagem holística destaca a importância de considerar a dimensão socioemocional parte intrínseca da formação do ser humano, reconhecendo a interdependência das dimensões cognitivas e afetivas e seus desdobramentos para uma formação integral, que possibilita que as pessoas lidem com os desafios da vida de maneira equilibrada e consciente.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento da Educação Socioemocional deve ser incorporado às práticas pedagógicas em todas as dimensões do processo educativo, construindo bases sólidas para uma sociedade mais empática, colaborativa, ética e responsável.

As concepções sobre os desafios do século 21, apresentadas no relatório de Jacques Delors para a Unesco *Educação: um tesouro a descobrir* (1998), vão além da simples transmissão de conhecimentos culturais, científicos, tecnológicos e políticos. O documento apresenta uma visão abrangente sobre a formação integral dos indivíduos, destacando a importância de considerar múltiplas dimensões no processo de elaboração do currículo educacional, englobando também o desenvolvimento das competências essenciais para viver e aprender.

Ao considerar as premissas sobre aprendizagem discutidas no relatório, o Sesc defende a construção de um currículo que transcende a abordagem tradicional e abraça a complexidade da realidade contemporânea, preparando crianças, jovens, adultos e pessoas idosas para uma vida plena e consciente em um mundo em constante transformação. Isso só é possível ao desenvolver empatia, pensamento crítico, criatividade e colaboração. Dessa forma, a educação surge como um trunfo para a humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social (DELORS, 1998). A área de Educação do Sesc deve, portanto, desenvolver uma abordagem sistêmica, com propostas que façam parte do currículo e das práticas pedagógicas cotidianas, em parceria com as famílias e com a comunidade.

A partir dessas compreensões, os fundamentos da educação socioemocional, que são desenvolvidos ao longo da vida, estão ligados ao bem-estar emocional e afetam a capacidade de sentir-se acolhido na escola e de formar relacionamentos bem-sucedidos. Nesse sentido, o estudante é compreendido como um ser social, cujo desenvolvimento envolve a aquisição de competências para gerir emoções, ter empatia e subjetividades, colaborar e se refazer a partir de novas vivências e desafios, aspectos intimamente implicados no funcionamento cognitivo e físico.

As competências socioemocionais incluem, portanto, uma dimensão pessoal que é pautada no desenvolvimento de relações afetivas e interpessoais vinculadas à forma como uma pessoa percebe, sente e vivencia o mundo. Na dimensão pró-social, por sua vez, são abarcados comportamentos que beneficiam outras pessoas, de forma individual ou coletiva. (CAVALCANTI, 2022, p. 37)

No sentido da amorosidade em Paulo Freire (1985; 1987; 1992; 1997), o trabalho educativo parte de uma relação dialógica de compromisso — é afeto enquanto compromisso com o outro e amorosidade enquanto potencialidade e capacidade humana. Para Freire, o amor é um ato corajoso de se comprometer com a causa da

existência humana. Quando nos comprometemos com o outro, no sentido de contribuir para que todos se desenvolvam, somos atravessados por uma existência multidimensional da vida. Estamos compromissados com esse sujeito de aprendizagens, de sentimentos, de desejos, e com a missão de torná-lo consciente de sua própria historicidade, o que é fundamental quando se trata de competências socioemocionais.

Logo, torna-se importante que a escola construa um ambiente promotor de aprendizagens socioemocionais, embasadas na intencionalidade educativa que mobiliza a formação por inteiro em ações transversais ao currículo, que envolvam (WEISSBERG *et al.*, 2015):

Autoconhecimento

Capacidade de reconhecer as próprias emoções e pensamentos.

Autorregulação

Capacidade de regular as próprias emoções, pensamentos e comportamentos.

Habilidades de relacionamento

Capacidade de estabelecer e manter relacionamentos saudáveis

Consciência social

Capacidade de assumir a perspectiva do outro e demonstrar empatia pelas pessoas, incluindo aquelas que não são de sua origem ou cultura.

Decisões responsáveis

Capacidade de fazer escolhas construtivas, baseando-se nos padrões éticos e nas normas sociais.

O trabalho educativo com as competências socioemocionais resulta em um ambiente escolar acolhedor, caracterizado por relacionamentos positivos e afetuosos entre toda a comunidade escolar, no reconhecimento da multiplicidade de identidades e da interculturalidade.

Essas competências podem atravessar temáticas sociais sensíveis, que se correlacionam de maneira interdisciplinar em diferentes áreas de conhecimento, em ambientes que favoreçam a participação e o protagonismo dos estudantes, como coletivos de discussão, clubes, projetos socioculturais, entre outros. Para formar sujeitos com amplas habilidades socioemocionais, é indispensável construir espaços onde possam se reconhecer em suas individualidades, ser parte atuante em seus grupos de convívios e ter espaço para vivenciar experiências com a arte e o lazer.

Educação digital

O documento *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019) destaca a importância do uso de novas tecnologias para a promoção de uma educação de qualidade. Essa prática na mediação da aprendizagem é uma proposição das diretrizes relacionadas à educação integral, à diversidade e à inclusão.

A *Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental* (2022) dá destaque à cultura digital, definida como o conjunto das habilidades de compreender, utilizar e criar tecnologias digitais, e tem a finalidade de estabelecer uma comunicação responsável e eficaz, além de enfatizar que o desenvolvimento desse tema deve ser transversal ao currículo escolar.

A *Proposta Pedagógica da EJA* (2024) destaca que a integração das tecnologias digitais na educação precisa ser feita “de modo criativo e crítico, buscando desenvolver a autonomia e a reflexão dos envolvidos, para que eles não sejam apenas

receptores de informações. Entender que os estudantes não só consomem, mas também produzem no ambiente digital é fundamental ao elaborar o desenho do papel das tecnologias digitais nesse momento” (SESC, 2024). Sendo assim, é importante que se conheça a efetiva capacidade das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para usufruir de todo o seu potencial de maneira consciente e ética. Quando não utilizadas com o fim em si mesmas, mas em um processo crítico de apropriação e seleção, que se justifica na intencionalidade pedagógica em relação às aprendizagens dos estudantes, é possível integrar os espaços físicos da escola com os ambientes e territórios virtuais (SESC, 2023a).

Embora o uso pedagógico de tecnologias digitais na escola seja importante, é fundamental que a comunidade escolar esteja atenta às recomendações dos órgãos de saúde para que o desenvolvimento dos estudantes não seja prejudicado. Nesse sentido, a *Proposta Pedagógica da Educação Infantil* nos alerta para os malefícios que as tecnologias digitais trazem às famílias, em especial às crianças. É importante lembrar a orientação da Sociedade Brasileira de Pediatria quanto ao uso de telas: “Evitar a exposição de crianças menores de dois anos às telas sem necessidade (nem passivamente). E crianças com idades entre dois e cinco anos, limitar o tempo de tela ao máximo de uma hora por dia, sempre com a supervisão de pais, cuidadores ou responsáveis” (SBP, 2019, p. 7). Além disso, a Lei nº 15.100/2025 proíbe o uso aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nas escolas durante as aulas, intervalos e no recreio, reforçando a necessidade de um equilíbrio entre a adoção das tecnologias digitais na educação e a preservação da socialização e do bem-estar dos estudantes. Portanto, é essencial que o uso das ferramentas digitais tenha, antes de tudo, a intenção de prover aprendizagem significativa (SESC, 2023).

Vale ressaltar que a inserção de materiais digitais na educação requer cuidado e preparo tanto para professores quanto para estudantes. Nesse sentido, a educação digital deve estar acompanhada de uma educação socioemocional, com o desenvolvimento de competências de gestão do tempo diante de determinada ferramenta. Além disso, implica-se também a promoção do letramento digital dos estudantes e dos educadores. Logo, a tecnologia não será usada apenas para aprender, mas também para que se aprenda sobre a tecnologia — ou seja, seu funcionamento, sua utilização de maneira segura e responsável, entendimento e avaliação das informações digitais e criação e compartilhamento de um conteúdo digital próprio.

A educação digital, também conhecida como educação tecnológica, refere-se à integração de diferentes tecnologias digitais para facilitar e aprimorar os processos de ensino e aprendizagem. O conceito extrapola o simples uso de computadores e da internet e abrange uma ampla gama de ferramentas digitais, tais como podcasts, vídeos educacionais, simulações interativas, plataformas colaborativas (incluindo interfaces de aprendizagem on-line), aplicativos educacionais, jogos educacionais, realidade virtual e aumentada e até tecnologias emergentes, como a inteligência artificial.

No contexto da educação, a digitalização transforma tanto o ambiente quanto os objetos de aprendizagem. Quando levamos em consideração o ambiente, a educação digital pode significar aulas on-line, aprendizagem móvel, aprendizagem adaptativa personalizada e aprendizagem híbrida, que combina propostas didáticas presenciais com atividades em outros espaços virtuais.

Contudo, a aprendizagem híbrida é mais do que a simples conjugação do retorno ao modelo presencial. Na verdade, envolve toda a comunidade escolar no planejamento e redesenho das melhores combinações da oferta educativa, buscando, por meio da integração entre espaços, tempos e metodologias, oferecer as melhores experiências de aprendizagem a cada estudante, de acordo com suas necessidades e características (MORAN, 2021).

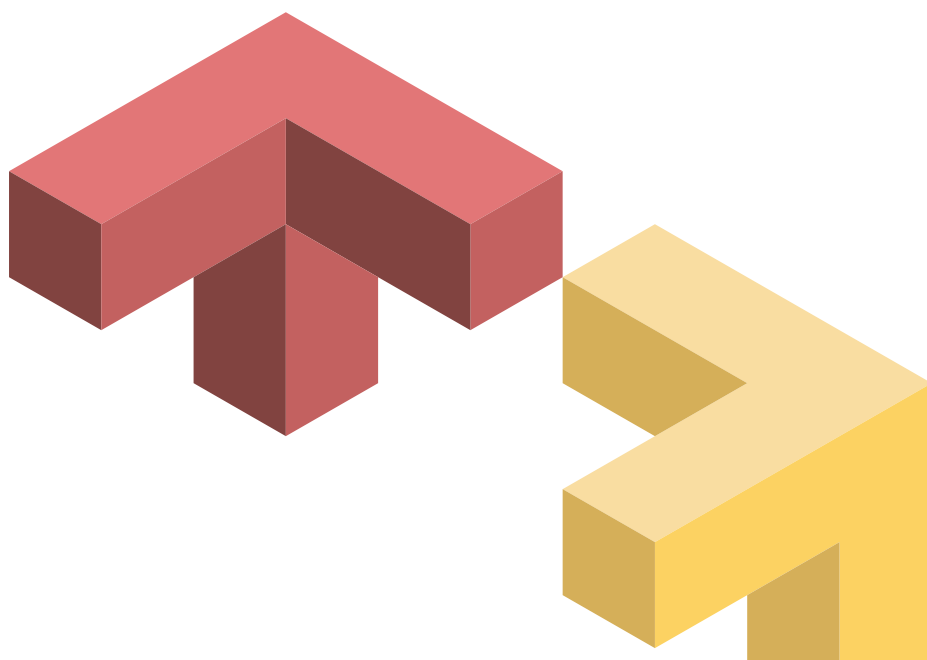
Conforme Moran (2015), a educação híbrida e flexível é um conceito-chave para a reestruturação transversal das práticas de aprendizagem. Aborda a dimensão do ensino, mas também a transformação do espaço escolar e social, implicando o questionamento sobre o que vale a pena ensinar e como ensinar, diante da multiculturalidade e condição contraditória da contemporaneidade.



Nesse sentido, as *Diretrizes para a Educação Básica no Sesc* (2019) são marcadas pela presença de diferentes saberes para a construção de conhecimentos plurais e organicamente articulados pelo posicionamento ativo dos sujeitos da relação pedagógica e pela inclusão de todos no trabalho da escola articulada à inserção social. A partir disso, as pessoas são convocadas a investir em uma educação mais atraente e motivadora, que possa fazer uso de ferramentas digitais e tecnológicas em sala de aula, possibilitando a acessibilidade, a democratização e o compartilhamento de ideias e saberes, além da inovação no trabalho do professor.

A educação digital tem como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades digitais, que compreendem as competências necessárias para a utilização crítica, criativa e responsável da tecnologia. Nesse contexto, o pensamento computacional emerge como um conjunto de habilidades cognitivas e técnicas, aplicando os princípios essenciais da Ciência da Computação em diversas áreas do conhecimento. Seu propósito é identificar e solucionar problemas, individualmente ou de forma colaborativa, criar sistemas e compreender o comportamento humano (BRACKMANN, 2017).

No que concerne ao alinhamento com as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*, a educação digital está estreitamente relacionada com o desenvolvimento das competências gerais definidas na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), particularmente com a competência geral 5, que enfatiza a utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) para transmitir informações, produzir conhecimento, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na esfera pessoal e coletiva (BNCC, 2017). Além disso, em janeiro de 2023, a Lei nº 14.533 estabeleceu a *Política Nacional de Educação Digital*.



Seu propósito é assegurar a integração da educação digital em ambientes escolares, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino. Essa política estimula o letramento digital e informacional, além da aprendizagem de computação, programação, robótica e outras competências digitais.

É fundamental promover, também, a formação continuada de educadores, que devem ter conhecimento sobre o uso adequado da tecnologia. Portanto, é necessário que a instituição proporcione a infraestrutura, o planejamento e a execução das atividades que contemplam tecnologias digitais. Nesse sentido, promover a educação digital implica garantir que todos os estudantes tenham igualdade de acesso às ferramentas e recursos digitais, independentemente de sua localização geográfica, *status* socioeconômico ou habilidades prévias.

Projeto de vida e compromisso social

O conceito de projeto de vida ganha destaque como uma abordagem pedagógica transversal para a formação integral dos indivíduos. Assim, é possível integrar diferentes componentes curriculares e o uso dos conhecimentos de diversas áreas, considerando as expectativas dos estudantes para construir seus projetos e evidenciando a interconexão entre os saberes e reforçando a relevância dos estudos no contexto da vida real.

Além disso, inserido no contexto educacional, o projeto de vida promove o vínculo com o mercado de trabalho, o desenvolvimento das competências socioemocionais e a atitude empreendedora por meio do compromisso social, ampliando as experiências de inserção e conexão com os territórios locais.

Configurando-se como uma competência geral da BNCC, essa abordagem está alinhada à valorização da diversidade de saberes e vivências culturais, a fim de apropriar-se de conhecimentos que possibilitam entender as relações próprias do mundo do trabalho e favorecer escolhas necessárias ao exercício da cidadania. No segmento do Ensino Médio, recebe um lugar específico no currículo, tornando-se um eixo central, em torno do qual a escola pode organizar suas práticas.

O projeto de vida também é de extrema relevância para a formação pessoal dos estudantes, estimulando a reflexão sobre metas, sonhos e propósitos individuais, o que pode aumentar o engajamento escolar e incentivar a continuidade dos estudos. Ao desenvolvê-lo no ambiente da escola, os estudantes são convidados a se conhecer melhor, a visualizar um futuro desejado e a traçar planos concretos para alcançar seus objetivos. Ao refletir sobre suas paixões e habilidades,

podem tomar decisões mais conscientes em relação à carreira e ao desenvolvimento pessoal, contribuindo para uma trajetória de formação integral mais assertiva.

Para a Educação no Sesc, entretanto, o trabalho educativo com o projeto de vida é delineado durante toda a Educação Básica e ao longo da vida, desde quando a criança inicia a construção da sua identidade por meio de brincadeiras e de interações entre os pares; a maneira como os estudantes exploram seus anseios e expectativas como sujeitos históricos.

Na perspectiva da educação integral, o trabalho com o projeto de vida tem como premissa a formação cidadã de pessoas autônomas e solidárias, para que vislumbrem uma trajetória que lhes permita a inserção social plena, ética e responsável. Articula-se na convergência do saber cognitivo, das experiências prévias, das emoções e dos princípios, entre outros elementos, constituindo uma jornada reflexiva sobre a vivência pessoal, que abarca saberes e potencialidades já construídos. A partir disso, o projeto de vida enfatiza a valorização pessoal, a conexão comunitária e a apreciação e incorporação da pluralidade, alicerçadas numa visão holística do sujeito e da sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento dessa dimensão formativa acolhe, em essência, as trajetórias de vida e as aprendizagens constituídas fora do âmbito escolar, integrando as atividades curriculares e apoiando o estudante a elaborar planos em curto, médio e longo prazos, com expectativas delineadas para um trimestre, um ano, dois anos ou ao longo da vida. É indispensável que esse projeto esteja em sintonia com o contexto em que o estudante se encontra e conduza ao desenvolvimento de sua cidadania, no que se refere à sua atuação como indivíduo consciente e engajado em sua trajetória pessoal e na sociedade global.

Logo, o projeto de vida transcende o âmbito individual e incentiva os estudantes a pensarem no coletivo, idealizando projetos que beneficiem não apenas a si mesmos, mas também a comunidade e a sociedade como um todo, desenvolvendo, assim, o senso de compromisso social e cidadania. É importante destacar que esse plano carece de uma projeção para a sociedade.

Projetar a vida engloba a participação na sociedade: trata-se de fazer escolhas éticas e atuar coletivamente, visando à paz e ao bem comum. Significa, portanto, idealizar a própria vida e conhecer a si mesmo a partir da relação com os outros, ou seja, entender a própria responsabilidade na ação social. São oportunidades em que os estudantes percebem diferentes formas de ser no mundo, e de fazer escolhas a respeito do projeto social que se almeja, considerando o impacto das escolhas individuais frente às realidades objetivas.

Contudo, vale ressaltar que não é necessário uma aula de como criar um projeto de vida. Essa perspectiva trata de um espaço no currículo destinado à compreensão do sujeito integral, isto é, conhecer a realidade social dos estudantes e das comunidades onde estão inseridos para a reorganização dos conteúdos escolares. É um processo que deve ajudar o sujeito a refletir sobre si mesmo no mundo, na sua comunidade e no seu território.

O projeto de vida pode contemplar o trabalho contextualizado e interrelacionado com as seguintes dimensões:

Identidade

Eu comigo mesmo

Conhecer-se, reconhecer-se e afirmar-se enquanto sujeito — não sob a categoria de estudante, mas sim o sujeito em sua inteireza; no autocohecimento e autocuidado, no espaço para se pensar, se sentir; no olhar para as histórias de vida em seu contexto educativo; na compreensão das crenças, princípios e desejos que mobilizam esses sujeitos; na pluralidade da existência humana, nas diferentes formas de se expressar e de se colocar no mundo.

Relacional

Eu com o outro, eu com o mundo

As relações com os outros e com o território local e virtual, em todo o seu contexto sociocultural (família, amigos, comunidade de convívio). Tudo o que corrobora com a formação educativa: o pertencimento e a ancestralidade, a vivência cidadã (direito à cidade, aos espaços de vivência e lazer e aos direitos sociais básicos), a aprendizagem coletiva, a mobilização da vida em sociedade e os diferentes espaços.

Projetar-se

Sonhar e construir a vida, o mundo que se deseja ter

Elaborar as trajetórias para a vivência individual e coletiva. Envolve a vinculação entre o projeto de vida e de sociedade que se anseia ter, a ampliação das possibilidades e rotas de interesse (para além da dimensão profissional e escolar), a gestão de tempo e de recursos, o mapa dos desafios e das ações, a identificação de oportunidades, além dos conhecimentos necessários para agenciar esse projeto.

Educação empreendedora

Dentro do escopo de projeto de vida, a educação empreendedora ganha visibilidade e deve ser compreendida em todas as suas esferas de atuação a partir da formação integral. Conforme estipulam as *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019), o conceito de qualidade da educação vincula-se a diversos aspectos. Dentre eles, destaca-se “a atribuição de relevância ao protagonismo do estudante, por meio do apoio à construção de um projeto de vida e do empreendedorismo” (SESC, 2019).

A educação empreendedora no âmbito escolar necessita estar centrada no desenvolvimento dos sujeitos, na promoção da qualidade de vida, no desenvolvimento de competências para a vida, tais como a criatividade, o pensamento ético e sustentável, a valorização de ideias e a colaboração, transcendendo a mera preparação para carreiras profissionais. Quando incorporada ao contexto educacional, essa abordagem pedagógica tem como desafio despertar o engajamento dos estudantes diante das constantes transformações que emergem no cenário global.

Assim, a educação empreendedora tem como objetivo orientar o processo de aprendizagem dos estudantes por meio de situações da vida real, promovendo um ambiente de experimentação que fomenta uma mentalidade voltada para a geração de ideias inovadoras e colaborativas, em conexão com as disciplinas ou por meio de projetos educacionais.

A abordagem ultrapassa a simples criação de oportunidades de reflexão e vivências relacionadas ao mundo profissional para os estudantes. Na verdade, a educação empreendedora desempenha um papel essencial na formação de cidadãos conscientes e engajados na construção de um futuro mais sustentável e cooperativo, e pode servir como um meio de grande impacto na promoção da sustentabilidade, da cooperação e da solidariedade entre os estudantes, capacitando-os a enfrentar os desafios sociais e ambientais que caracterizam o século 21 (DELORS, 1996).

As competências empreendedoras, em perspectiva orientada para a interação entre ação e reflexão, também proporcionam aos indivíduos experiências relacionadas ao mercado de trabalho, permitindo que sejam protagonistas de suas próprias oportunidades e escolhas. Portanto, a educação empreendedora precisa estar comprometida com a construção de um futuro mais equitativo, justo e sustentável para as próximas gerações.

Conforme o Quadro de Referência das Competências para o Empreendedorismo (*EntreComp*) (BACIGALUPO *et al.*, 2016), o empreendedorismo é entendido como uma competência-chave, transversal e aplicável por indivíduos e grupos, incluindo as mais variadas organizações existentes, e pode ser desenvolvido também na perspectiva profissional da educação empreendedora, bem como em todas as esferas da vida. O empreendedorismo acontece quando uma pessoa age a partir de oportunidades e ideias e as transformam em valor para os outros. O valor que é criado pode ser financeiro, cultural ou social (FFE-YE, 2012). Sendo assim, abre-se um campo de atuação para a educação considerando o empreendedorismo de impacto social, sustentável, criativo e solidário.

Tendo como objetivo o desenvolvimento de competências, atitudes e valores, a educação empreendedora pode ser um dos caminhos para a cidadania participativa e a promoção de impacto positivo na sociedade, ao possibilitar a identificação, a abordagem e a proposição de soluções para os problemas sociais e ambientais, por meio do empreendedorismo social e sustentável.

Nesse contexto, os educadores são peças fundamentais para a implementação de uma educação empreendedora transformadora, pois possuem o papel de facilitadores do processo de aprendizagem, orientando e inspirando os estudantes na busca de soluções inovadoras para os desafios locais e globais, criando ambientes de aprendizagem engajadores, nos quais os estudantes podem explorar suas habilidades e desenvolver suas competências empreendedoras. Ao viver esse processo educativo, os professores também se tornam agentes de transformação em suas

escolas e comunidades, buscando parcerias com os diversos atores sociais (ONGs, demais Programas do Sesc e outros agentes do território) que conectem a escola à vida e enriqueçam as experiências educativas dos estudantes.

Pensar a educação empreendedora como emancipadora é sair do senso comum, que colocaria o processo educativo apenas a serviço de uma educação bancária e mercadológica, servindo à produção e à prestação de serviços. Em vez disso, pensar na construção de um percurso formativo que possui como premissas a pedagogia da experiência, da sustentabilidade, do pensamento ético, da tecnologia, da inovação, da cooperação e do desenvolvimento de competências essenciais para a vida em um mundo complexo; tais como a identificação de oportunidades, a criatividade, a visão, a autoconsciência, o letramento financeiro, a mobilização de diferentes recursos, a iniciativa, o planejamento, o trabalho em equipe e a cidadania. Todas essas ações formativas permeiam o trabalho com o projeto de vida.

Diversidade e educação inclusiva

A educação inclusiva é concebida como um paradigma educacional fundamentado no compromisso ético de atender às necessidades e de valorizar as potencialidades dos estudantes, com ou sem deficiência, para garantir sua aprendizagem, seu pertencimento e sua participação, de forma que todos se sintam confiantes e valorizados em suas especificidades. Para isso, é necessário um trabalho contínuo de prevenção, de redução e de eliminação de barreiras, impeditivos ou dificuldades que privem ou limitem qualquer estudante de usufruir dos ambientes, das interações, das aprendizagens e da própria experiência de estar na escola. A atuação deve estar focada em uma prática pedagógica acessível e que abarque a diferença. Portanto, não se trata somente de diferenciar para um, mas, antes de tudo, de construir um cotidiano no qual as diferenças possam encontrar coro.

Sabemos que o acesso à educação é um direito básico, garantido pela Constituição Federal. É na escola que encontramos campo fértil para explorar a diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes. No entanto, a garantia dessa educação ainda é um desafio. Para o Sesc, “a inclusão social é baseada em equidade e não em igualdade. Equidade é tratar diferentemente cada indivíduo, em consonância com suas necessidades, oportunizando o desenvolvimento integral de todos” (SESC, 2019, p. 19).

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de educação inclusiva, estamos considerando a diversidade dos estudantes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver, inclusive às pessoas com deficiência ou superdotadas (CARVALHO, 2005). É pensar para além de modelos pedagógicos padronizados, considerando a diversidade como um valor inegociável.

Ainda, direcionando as discussões para as questões das pessoas com deficiências e superdotação, observa-se que, nos documentos legais a partir da Constituição de 1988, apenas a visão médica desses sujeitos era ressaltada. Eles eram considerados como tendo todas as potencialidades reduzidas, o que exigia assistência do Estado, da família e da sociedade. Nessa direção, a percepção sobre o que é um sistema inclusivo estava radicalmente comprometida. Não havia a preocupação de identificar potencialidades e talentos, mas fazer adaptações para suprir as deficiências, a partir do paradigma de um “sujeito normal”.

Um marco da mudança conceitual do modelo médico para o modelo social, que “retira” a deficiência da pessoa e “coloca-o” como resultado da “relação de um indivíduo (e seu corpo) com o meio” é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente o artigo primeiro:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006)

No modelo social, as dificuldades — ou a maior parte das dificuldades — enfrentadas por pessoas com deficiência são resultado da maneira como a sociedade lida com as limitações e as sequelas físicas, intelectuais, sensoriais e múltiplas de cada indivíduo. Pelo modelo social, existe deficiência, pois não há acessibilidade. Dentro dessa perspectiva, a escola está incluída. Equivocadamente, algumas concepções reduzem o estudante à sua deficiência e à patologia, tornando invisível o sujeito e negando as demais características e habilidades, desconsiderando o entendimento de educação inclusiva.

O texto da Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e as discussões atuais sobre a diversidade concebem o processo de inclusão de maneira ampla e profunda, uma vez que os obstáculos mais significativos são os atitudinais. Não decorrem de uma intenção deliberada para dificultar a inclusão ou prover recursos de acessibilidade, mas do desconhecimento das interpretações equivocadas do público, de um modo geral, de como se promove a inclusão.

As barreiras atitudinais em relação à inclusão da pessoa com deficiência são eliminadas por meio do acesso à informação e pela educação de toda a sociedade.

Frente a essas reflexões, surge o termo capacitismo, que é a discriminação ou o preconceito dirigido a uma pessoa com algum tipo de deficiência; é também considerar a existência de um “corpo normal” e que corpos fora desse padrão são incapazes de desempenhos sociais.

No que diz respeito ao espaço escolar, a educação inclusiva apoiará a pessoa com deficiência, mas também terá como público outras pessoas com questões que não são identificadas como deficiência, mas que, do mesmo modo, necessitam de atendimento educacional especializado para serem respeitados em suas singularidades de aprendizagem.

Portanto, as diferenças não são vistas como problemas, pois é na convivência com o diverso que podemos ampliar a visão de mundo e potencializar as oportunidades de aprendizagem. A escola deve estar atenta às singularidades dos sujeitos suas múltiplas identidades, valorizando práticas educacionais inclusivas e um currículo que garanta também a diversidade de saberes.

A educação inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Incentiva uma pedagogia não homogeneizadora e desenvolve competências interpessoais. A sala de aula deve espelhar a diversidade humana, não escondê-la. Claro que isso gera novas tensões e conflitos, mas também estimula as habilidades morais para a convivência democrática. O resultado final, desfocado pela miopia de alguns, é uma Educação melhor para todos/as. (MENDES, 2012, p. 20)

Vivemos em uma sociedade multicultural, diversa. Assim, não se pode pensar em educação e em experiências pedagógicas desconectadas das questões culturais da sociedade. Abrir espaço para a diversidade e para o cruzamento de culturas é um desafio a ser enfrentado.

É preciso estabelecer diálogos e interações entre os diferentes grupos de convivência, compreendendo uma proposta de educação intercultural pautada pela diferença de gênero, etnia, orientação sexual, geração, território ou religião. Diante desse contexto, entendemos a educação intercultural como um processo que busca, por meio do diálogo, estabelecer processos que promovam, ao mesmo tempo, a equidade como direito e reconhecimento das diferenças. Sendo assim, não se trata de uma uniformidade e nem da diferença como discriminação, mas sim da “igualdade que não nos descaracteriza e da diferença que não nos inferioriza” (SANTOS, 2003, p. 56).

Em suma, precisamos dialogar para efetivar uma escola pautada na cidadania, que contribua para a garantia do direito à educação para todos, pois a mudança social deve estar voltada para o rompimento da ideia de subalternidades, invisibilidades e hierarquias entre os saberes, os gêneros, as etnias e outros fatores de exclusão. Os educadores são os agentes capazes de repensar acerca dos problemas e limites de uma educação tradicional voltada para a mecanização dos sujeitos e para a reprodução da marginalização. Na visão de Lage (2009, p. 8), pensar em algo radicalmente melhor implica uma rebeldia do nosso próprio pensar, “capaz de romper com as crenças imobilizadoras que geram o pensar submisso, que nos fazem renunciar a nossa capacidade de pensar, questionar, comparar, decidir, sonhar por um mundo melhor”.

A escola inclusiva deve oferecer:

Práticas pedagógicas inclusivas

Nos espaços educativos das unidades educacionais do Sesc, as práticas inclusivas iniciam na gestão e abrangem diferentes espaços educativos. Toda a comunidade precisa refletir sobre os conceitos de capacitismo e acessibilidade. Eliminar a postura preconceituosa de um modelo social que questiona a capacidade do outro deve ser um compromisso de todos, coordenado pelos gestores nos diferentes âmbitos.

A acessibilidade, por sua vez, requer alcance não só a materiais e equipamentos, mas principalmente a pessoas, no cuidado com as atitudes em relação ao outro, reconhecendo a sua potência e as relações de reciprocidade. Assim, precisamos promover a socialização dos estudantes e o envolvimento deles com o cotidiano escolar, o investimento nas relações interpessoais, a aproximação das famílias como parceiras fundamentais do processo. É necessário também que haja proposta intersetoriais com parcerias multidisciplinares, contando com os diferentes setores do Sesc e do território.

Alguns exemplos de capacitismo, conduta incompatível com uma escola inclusiva

- Considerar a realização de atividades triviais como exemplo de superação.
- Parabenizar pessoas sem deficiência por se relacionarem com pessoas com deficiência.
- Dirigir a palavra ao acompanhante da pessoa com deficiência em vez de dirigir-se a ela.
- Ajudar uma pessoa com deficiência sem que ela peça auxílio.
- Tratar uma pessoa com deficiência de forma infantilizada.
- Tratar a pessoa com deficiência como um problema quando ela exige acessibilidade.
- Solicitar que uma pessoa com deficiência seja segregada das demais.
- Chamar pessoas com deficiência de heroínas por causa da deficiência.
- Perguntar se a pessoa com deficiência tem algum acompanhante ou responsável.
- Comparar comportamento entre as pessoas com deficiência.
- Afirmar que a beleza da pessoa nem faz lembrar que ela é PCD.

Eliminação de barreiras

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos diferentes espaços educativos, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tecnologias assistivas

Termo utilizado para identificar recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, promovendo a inclusão: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Exemplos de tecnologias assistivas, entre outras adaptações de equipamentos, dispositivos, brinquedos e jogos:

- ProDeaf: software de tradução de texto e voz na língua portuguesa para libras, com o objetivo de realizar a comunicação entre surdos e ouvintes.
- Viável Brasil: sistema que permite a comunicação entre surdos e ouvintes que não sabem a língua de sinais, por meio da central de intérpretes ou contato direto por mensagem ou videochamada.
- Rede Libras: catálogo que reúne uma rede de serviços e profissionais fluentes em libras do estado do Rio de Janeiro.
- Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.

- Mapa tátil: instrumento que permite que a pessoa com deficiência visual amplie seu conhecimento do universo. Sua função é auxiliar a mentalizar o espaço geográfico. Ele também possibilita que pessoas com deficiência visual identifique o curso de uma rota acessível, combinando textos em braille, formas em alto-relevo e informações como o contraste de cores e a tipologia utilizada que devem proporcionar a orientação da pessoa sobre o ambiente a ser percorrido.
- Piso tátil, piso podotátil, superfície tátil ou pavimento tátil: são faixas em alto-relevo fixadas no chão para fornecer auxílio na locomoção de pessoas com deficiência visual. Esses pisos servem para auxiliar a caminhada das pessoas, sejam elas crianças, pessoas idosas e até mesmo turistas, PCD ou não. Como revestimento de chão, os pisos táteis não funcionam sozinhos e sim com uma composição de peças que caracterizam uma caminhada segura e com autonomia. Portanto, deve ser levado em consideração o desenho universal deste produto, lembrando que o seu significado deve ser evidente e de fácil reconhecimento, expressando uma linguagem simbólica onde quer que se encontrem.
- Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA): um conjunto de ferramentas e estratégias que o indivíduo utiliza para resolver os desafios de comunicação do cotidiano. A CAA é um termo que é usado para descrever vários métodos de comunicação que podem auxiliar as pessoas na produção ou compreensão da linguagem falada ou escrita. Esses métodos podem beneficiar uma ampla gama de indivíduos, desde aqueles que estão começando a se comunicar até indivíduos que faziam uso do discurso verbal complexo. A CAA inclui sistemas com e sem ajuda. Sistemas sem ajuda compreendem assinatura e gestos que não exigem materiais ou equipamentos. Sistemas com ajuda dependem de materiais e equipamentos, como imagens, livros e computadores. Os métodos de CAA são variados e devem ser personalizado para atender às necessidades de cada indivíduo. Muitas formas de CAA incluem componentes de tecnologia assistiva que vão desde os mais básicos até os de alta tecnologia.

A Rede Sesc de Educação tem como princípio e responsabilidade atuar em uma perspectiva inclusiva com ações que favoreçam os processos de aprendizagem dos estudantes da educação especial e inclusiva, conforme a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), sendo esse composto por: 1. estudantes com deficiência; 2. transtornos globais do desenvolvimento e 3. altas habilidades ou superdotação. Com isso, busca-se valorizar a neurodiversidade nos espaços educacionais, favorecendo ações voltadas à promoção do desenvolvimento integral do educando.

O direito à educação implica o pleno desenvolvimento dos cidadãos, resguardando-os de preconceitos e discriminações de quaisquer naturezas. Do mesmo modo, o direito à escola para todos inclui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino. Por sua vez, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que se promova o AEE gratuito às pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades ou superdotação, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (SESC, 2019, p. 19).

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015) especifica as medidas de apoio individualizado que envolvem o direito à educação dos estudantes com deficiência. Entre essas medidas estão o estudo de caso, o plano de atendimento educacional especializado (PDI ou PEI), os recursos e serviços de acessibilidade e a tecnologia assistiva. Para orientar o ensino e a aprendizagem do estudante, considerando suas necessidades, interesses e habilidades, é necessário que elaboremos, com a participação da escola, da família e da equipe multiprofissional, instrumentos que possam auxiliar neste acompanhamento da aprendizagem. Também se ressalta o papel do profissional de apoio, que auxilia o estudante com deficiência nas atividades escolares que exigem alimentação, higiene e locomoção, em conformidade com as necessidades e possibilidades de cada escola da Rede Sesc de Educação.

Sendo assim, o papel da escola deve ser o de garantir uma educação pautada em um Projeto Político-Pedagógico que assegure recursos e serviços especializados e garanta um pleno desenvolvimento dos estudantes, respeitando a diversidade e a dignidade de cada um. As diferenças não devem ser vistas como problemas, pois é na convivência com o diverso que podemos ampliar a visão de mundo e potencializar as oportunidades de aprendizagem. Para tanto, a escola deve estar atenta às singularidades dos sujeitos e suas múltiplas identidades, valorizando práticas educacionais inclusivas e um currículo que garanta também a diversidade de saberes.

Educação para as relações étnico-raciais

As *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019), documento norteador das ações educativas do Programa Educação, em sua Diretriz 2, reafirma o que está proposto na missão e nos valores de um trabalho direcionado para a diversidade e inclusão educacional.

A atuação do Sesc em todo território nacional faz com que a instituição seja constituída por uma grande diversidade de sujeitos e culturas. Por isso, o trabalho educativo precisa considerar as múltiplas identidades étnico-raciais presentes em nossa sociedade, favorecendo, assim, a formação cidadão dos estudantes.

A escola é “um espaço onde aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também valores, crenças, hábitos e preconceitos” (GOMES, 2002, p. 40), e, por isso, tem um papel muito significativo na construção da identidade étnico-racial dos estudantes. Nesse sentido, a escola torna-se não somente um lugar de construção de saberes e apreensão de conhecimentos, mas também um espaço onde ocorrem processos de (des)humanização dos indivíduos, capazes tanto de promover quanto de dificultar uma relação em que os sujeitos interajam de maneira respeitosa, reconhecendo a si e ao outro como sujeitos históricos e culturais.

O racismo, enquanto mecanismo estrutural e estruturante de profundas desigualdades (ALMEIDA, 2019), não se trata de atitudes individuais, mas de algo enraizado na malha social e que precisa ser combatido de maneira ampla, conjugando estratégias legislativas, jurídicas e educacionais.

Na medida em que a escola é a principal instituição educativa da sociedade, podemos compreendê-la como lócus da formação humana ética, solidária, participativa, comprometida com a justiça social, com a humanização dos sujeitos e corpos e com a legitimação de outras epistemologias.

Assim, surgem as políticas públicas educacionais que modificam a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas públicas e privadas de Educação Básica, como a Lei 10.639/2003 e sua ampliação, a 11.645/2008, e as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais* e o *Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

As políticas públicas educacionais de reconhecimento étnico-racial estabelecem um compromisso com a sociedade, por meio da escola, de qualificar os conhecimentos construídos e assimilados sobre os povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, a fim de favorecer o processo de reconstrução de significados individuais e coletivos nas dimensões afetiva, social, política, cultural, física, ética e estética. Nessa compreensão, planejar as propostas educativas requer transgredir uma visão etnocêntrica de mundo para que seja contemplada toda uma diversidade de identidades e grupos.

Sendo assim, essas políticas públicas educacionais afirmam que educar para as relações étnico-raciais precisa ser um compromisso da instituição escolar, e não somente dos professores, pois o racismo é um problema que se materializa de maneira estrutural, contínua, e é responsável por profundos e diversos tipos de desigualdades. Logo, enquanto compromisso, deve permear todas as ações de formação docente, os documentos orientadores, o calendário escolar, a organização do currículo, dos seus conteúdos, de materiais didáticos e do ambiente escolar, a fim de que as práticas escolares sejam a expressão desse projeto de sociedade.

É necessário ainda utilizar estratégias pedagógicas e metodológicas que promovam novas representações e narrativas do que é ser africano, afro-brasileiro e indígena. Também requer a apreensão de conhecimentos que contribuam positiva e criticamente com o processo de construção de identidade desses sujeitos sociais. Isso significa que atividades pontuais, elaboradas para datas específicas como o Dia da Consciência Negra, da Abolição da Escravatura e dos Povos Indígenas não são capazes de despertar no imaginário dos estudantes a multiplicidade e a complexidade das culturas e seus sujeitos. Ao contrário, muitas vezes prestam um desserviço à luta e à trajetória desses povos, reproduzindo estereótipos preconceituosos e abordagens limitantes e de ocasião.

É importante ressaltar que primar por um trabalho educativo inclusivo contribui para o fomento da cultura de paz, da dignidade humana e da formação cidadã da comunidade escolar, princípios estruturantes das *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc* (2019).

Aponta-se também que a educação para as relações étnico-raciais é uma questão de grande relevância para toda a comunidade escolar e não somente para as pessoas não brancas, pois contribui para o processo de humanização da sociedade. Além disso, os saberes multirreferenciais podem contribuir efetivamente para a construção de outros conhecimentos e tornar o processo interessante, ativo e significativo para todos.

Portanto, estamos falando da possibilidade de reconstruir currículos, de modo contextualizado, intercultural, decolonial, que favoreça novas construções de sentidos que fomentem caminhos para a equidade e que reflitam, principalmente, no contexto das instituições educacionais, sobre as intencionalidades pedagógicas, as práticas educativas, as metodologias, os recursos imagéticos e os materiais didáticos.

Nas práticas educativas que se referem às culturas africanas e afro-brasileiras, torna-se primordial que se aborde o continente africano, considerando sua pluralidade. As civilizações africanas se ergueram muito antes da chegada dos europeus, e contar a história delas a partir da perspectiva da escravização é um equívoco, pois desconsidera toda a produção dos conhecimentos médicos, matemáticos, astrônomos, metalúrgicos e de escrita desenvolvidos pelos africanos, que influenciaram de modos distintos a cultura, a arte, a tecnologia, a religiosidade e as concepções filosóficas em muitas sociedades pelo mundo.

Já quando se trata da história, da cultura e do protagonismo dos povos originários, é preciso intensificar ainda mais o compromisso em descolonizar os saberes, realizar abstrações e ressignificações no âmbito social contemporâneo desses indivíduos, no sentido de que muitos são as narrativas com equívocos sobre as pessoas indígenas. Essas narrativas são reiteradamente reforçadas e precisam urgentemente de reposicionamento político e sociocultural, sobretudo em âmbito escolar.

Educar para as relações étnico-raciais requer povoar o currículo, o ambiente escolar e os materiais didáticos com outras epistemologias. Para isso, Nogueira (2012) propõe que é necessário exercitar a “pluriversalidade de pensamento, de narrativas, a construção de outros saberes e uma multiplicidade de formas de conceber a vida e as relações sociais humanas” (pp. 65-66).

Assim, a educação precisa ser concebida como instrumento de formação humana que qualifica as relações, evidencia a agência e o protagonismo de múltiplos sujeitos, as estratégias de resistência contra as hierarquias sociais, promovendo diferentes contextos de aprendizagem e considerando a organização dos tempos e dos espaços na escola.

Educação socioambiental

“Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluncia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente.”

Nêgo Bispo

A educação socioambiental na Rede Sesc de Educação se revela como um agente de integração em um Brasil diverso, ao sistematizar experiências bem-sucedidas e fomentar novas iniciativas em diferentes realidades territoriais. Essa abordagem educativa transcende os limites setoriais, engajando-se com o território e as histórias que ali se desenvolvem, valorizando os espaços físicos e afetivos dos sujeitos.

O reconhecimento da pluralidade e diversidade cultural, aliado à relação entre cultura, memória e paisagem, promove a interação entre saberes tradicionais e científicos, conforme preconizado pela *Política Nacional de Educação Ambiental*. O que implica considerar uma concepção de ambiente em sua totalidade, rompendo com uma visão antropocêntrica que o considera apenas um “reservatório” de recursos para sustento humano. A abordagem integral dos processos e relações entre formas de vida e o planeta convergem no território como foco central da Educação Ambiental. Tanto na educação formal quanto na não formal, as ações educativas buscam promover uma consciência crítica sobre as problemáticas ambientais e sociais, considerando os princípios da interdependência entre meio natural, socioeconômico e cultural, aliados à compreensão integrada das complexas relações ambientais.

A construção dialógica de cada conceito presente neste Projeto Político-Pedagógico e seu eixo estruturante baseado na principal diretriz da Educação Básica do Sesc, educar por inteiro, nos leva, obrigatoriamente, a pensar no processo de aprendizagem para a educação ambiental. Como afirma Moacir Gadotti, a educação ambiental não é um ramo do conhecimento, mas uma dimensão fundamental da educação (GADOTTI, 2000). Este processo deve ter como pilares: o fomento às práticas sustentáveis, a aproximação entre os saberes históricos do sujeito em sua relação com o território e a consciência de que o ser humano integra, inalienavelmente, o ambiente em que vive. Por fazer parte e modificar esse ambiente, os sujeitos devem responsabilizar-se por suas ações e exercer sua cidadania enquanto um “ser ecológico”, educado e consciente de que o meio ambiente é coletivo e deve ser resguardado. A abordagem interdisciplinar e holís-

tica proposta por Edgar Morin, ao ressaltar a complexidade e a interconexão dos fenômenos ambientais com os aspectos sociais, econômicos e culturais, complementa essa visão e evidencia a necessidade de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas dimensões (MORIN, 1995).

Outros documentos institucionais têm a mesma percepção, como o *Marco Referencial: Educação Ambiental no Sesc* (2020), que enseja a promoção da “participação social, construindo uma cidadania ativa, que atua na transformação dos modos de uso dos recursos ambientais” (p. 15) e as *Diretrizes gerais de ação do Sesc* (2004), que preconizam a inserção de atividades ambientais no currículo, para “forjar em seus beneficiários uma consciência da importância de um meio ambiente saudável para si e para a sociedade” (p. 22).

Trata-se de uma educação ambiental que, fugindo à compartimentalização das abordagens da Educação tradicional, se expressa como elemento cultural, fruto dos saberes da comunidade escolar em constante diálogo com o conhecimento científico e com a pesquisa, entendida como o experimentar diário das crianças, jovens e adultos em todo e qualquer espaço, da escola ou do território. No Brasil, a Lei nº 9.795/1999 institui a *Política Nacional de Educação Ambiental*, regulamentando que:

Art. 5º São objetivos fundamentais da Educação Ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. (BRASIL, 2000)

Nesses termos, muito além de propor garantias ou recomendações para a inserção do tema educação ambiental no currículo escolar, a Rede Sesc de Educação, em conformidade com os valores institucionais do Sesc, contribui para uma cidadania global transformadora, competente para mobilizar tecnologias, participar de decisões políticas e sociais e propor soluções para as grandes questões ambientais da sociedade.

A manutenção e garantia de um meio ambiente equilibrado e acessível para todos os seres do planeta, assim como para as próximas gerações, é uma das premissas do desenvolvimento sustentável. A *Política Nacional de Educação Ambiental* estabelece a adoção de práticas educacionais com cunho ambiental,

para que o indivíduo construa valores sociais e conhecimentos voltados à conservação e à preservação dos ecossistemas. Cria-se, portanto, a Educação Ambiental (EA), prevista pela legislação como um direito de todos, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades da educação.

Em concordância a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) aponta que “a compreensão ambiental natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade” constitui um dos objetivos fundamentais para a formação básica do cidadão. Desse modo, a educação ambiental se firma como a oportunidade de promover práticas de intervenção no meio ambiente com enfoque em atividades dentro e fora dos espaços educacionais voltadas à sustentabilidade ambiental.

Os desafios encontrados na construção da educação ambiental vão além da realização de ações isoladas em datas específicas da agenda ambiental ou eventos que simbolizam a relação entre o homem e a natureza. A educação ambiental vem sendo incorporada em diversas experiências e práticas educacionais, mostrando sua atuação na ampliação de um fazer que se mostra cada vez mais urgente e ordinário nas rotinas escolares.

Destacam-se algumas ações de grande importância nas abordagens educacionais da educação ambiental:

- Iniciar novos projetos de conscientização/ação em prol do meio ambiente e apoiar os existentes, considerando sempre a realidade socioambiental do território onde a escola se insere.
- Trabalhar temas atuais sobre ciências ambientais de modo transversal, adotando uma perspectiva crítica e promovendo o debate, na dinâmica dos espaços escolares.
- Incentivar o protagonismo juvenil e da comunidade escolar como um todo, a fim de melhorar a qualidade do ensino. Destaca-se a importância do envolvimento da comunidade na educação ambiental, incluindo parcerias com escolas, organizações não governamentais, empresas e governo local.
- Implantar a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos.
- Realizar ações para promover a melhoria da qualidade de vida, a igualdade social e o desenvolvimento sustentável dentro e fora da escola.
- Organizar eventos ao longo do ano (campanhas, mostras culturais, passeatas, concursos, exposições, palestras, oficinas) com temáticas emergentes, articuladas à aprendizagem experiencial e baseada em problemas.

- Implementar ações educacionais que integrem práticas sustentáveis e a conservação ambiental, por meio de cursos, oficinas e atividades curriculares que ensinem técnicas de cultivo ecológico, uso medicinal de plantas nativas e a preparação de alimentos respeitando os ciclos naturais e a biodiversidade local. Além disso, a inclusão de festivais e eventos que celebrem as tradições culturais e gastronômicas locais pode favorecer o vínculo comunitário e promover o respeito pelo meio ambiente. Essas iniciativas não só educam, mas também mobilizam a comunidade para a prática de um estilo de vida sustentável e responsável.
- Implantar ações educativas sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contextualizadas nas soluções para as problemáticas locais.
- Articular-se com o Programa Ecos para planejar, propor, executar e apoiar ações que induzam à prática intersetorial e colaborativa da sustentabilidade nas atividades desenvolvidas que viabilizem a diminuição de impactos socioambientais, a sensibilização dos educadores e de toda a comunidade escolar e a otimização dos recursos.
- Realizar atividades para recuperar o ambiente e combater a degradação ambiental do espaço escolar (promover a arborização, limpeza, saneamento, diminuição da poluição, redução do consumo, cuidado com os animais etc.).

Para conhecer:



Sustentabilidade como protagonista da educação integral

Em 2023, o Polo Socioambiental Sesc Pantanal inaugurou um complexo educacional inovador e sustentável em Poconé. O formato circular está entre os diferenciais da nova estrutura. Inovação, sustentabilidade e tecnologia ancestral, que remetem à história da ocupação do território com as casas indígenas, são a base do projeto criado pelo arquiteto José Portocarrero para o Complexo Educacional Sesc Pantanal — Ministro Gilmar Mendes. O formato ogival das salas de aula, com aproveitamento da luz natural, e a estrutura suspensa do solo, capaz de aumentar a ventilação e conforto térmico para os estudantes, permitem a redução do consumo de energia elétrica e são os principais diferenciais que fazem da obra uma referência em sustentabilidade.

A inovação também está presente na forma circular da escola e nas sete novas salas de aula divididas por áreas de conhecimento. No Complexo Educacional Sesc Pantanal são os estudantes que se movimentam a cada aula, compartilhando os ambientes e sendo corresponsáveis por eles. Na área externa central, o objetivo é promover a integração dinâmica de crianças e jovens, num ambiente natural, com árvores nativas e gramado, que pode ser explorado pelos estudantes de diferentes maneiras, como atividades interativas com a natureza, contemplação e leitura ao ar livre.

O Complexo Educacional Sesc Pantanal faz parte da Rede Sesc de Educação, que atende cerca de 300 estudantes gratuitamente. A Educação Ambiental e a sustentabilidade são pilares estratégicos desde a criação da escola e estão presentes em todas as disciplinas, dentro e fora da sala de aula, assim como na arquitetura moderna da nova estrutura.





MARCO OPERATIVO

A fim de operacionalizar o Projeto Político-Pedagógico, o marco operativo trata do plano de ação da Rede Sesc de Educação, como a instituição se posiciona de modo operante frente ao diagnóstico realizado no marco situacional e tendo como referência basilar o Marco Referencial apresentado.

Considerando que este Projeto Político-Pedagógico parte de uma metodologia participativa entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais, vale destacar no marco operativo as atribuições de cada parte interessada.

Atribuições

Ao Departamento Nacional, cabe:

- Liderar as ações e se posicionar como órgão responsável pelas políticas educacionais do Sesc.
- Coordenar o processo de elaboração e atualização de documentos regulatórios da Rede Sesc de Educação.
- Fazer a gestão dos macroprocessos e fornecer insumos aos Departamentos Regionais.
- Proporcionar melhores condições para a atuação em rede, de forma escalável, modular, adaptável e aplicável em diferentes contextos.
- Disponibilizar sistema de gestão escolar, plataforma de aprendizagem e de avaliação em larga escala, bem como materiais didáticos unificados para um trabalho integrado em dimensão nacional.
- Dentro de uma operação unificada, fortalecer a natureza plural dos processos educacionais no país, considerando a riqueza das diversidades brasileiras e fomentando o entendimento de identidades nacionais, o respeito às múltiplas infâncias e juventudes e as características distintas de cada território.
- Oferecer assessoria pedagógica às escolas, incluindo formação continuada das equipes de educação: professores, coordenadores, diretores e secretários escolares.

Aos Departamentos Regionais:

- Garantir a representação nos processos de elaboração e atualização de documentos regulatórios da Rede.
- Fazer a gestão de cada escola de acordo com as leis que normatizam a Educação no país e das políticas educacionais da Rede Sesc de Educação.
- Manter os dados do sistema de gestão escolar atualizados.
- Aderir ao Sistema de Gestão Escolar e à plataforma de aprendizagem e avaliação, bem como aos materiais didáticos contratados para a Rede Sesc de Educação.
- Viabilizar a participação das equipes de educação nas ações de formação continuada promovidas pela Rede Sesc de Educação.

Plano da Ação da Rede Sesc de Educação

Objetivos a serem alcançados até 2026 (concomitante ao término da vigência do ciclo do Plano Estratégico do Sesc 2022-2026)	Indicador	Meta global	Dado	2025	2026	2027
Estruturar, adequar e integrar as unidades educacionais do Sesc em todo o país, por meio de um Sistema de Gestão Escolar único	Índice de integração das unidades educacionais do Sesc	100%	(Nº de unidades educacionais do Sesc integradas em rede, via SGE/ total de unidades educacionais do Sesc)*100	40%	70%	100%
Proporcionar, valorizando as diversidades regionais, condições para a atuação em rede*	Levantamento conjunto com os Departamentos Regionais de necessidades de investimento/ infraestrutura	A definir a partir de diagnóstico local	(Diagnóstico/ Execução)	60%	80%	100%
	Formação de recursos humanos para as unidades educacionais (docentes, gestores e secretárias)	A definir a partir de diagnóstico local	(Diagnósticos/ participação em Residências Pedagógicas)	60%	80%	100%
Publicar referenciais pactuados com os marcos legais da educação, a fim de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade	Publicação, implementação e atualização de referenciais institucionais da Rede Sesc de Educação publicados	9	Número de referenciais publicados	3	3	3

Objetivos a serem alcançados até 2026 (concomitante ao término da vigência do ciclo do Plano Estratégico do Sesc 2022-2026)	Indicador	Meta global	Dado	2025	2026	2027
Posicionar o estudante como o centro do processo de formação, com abordagens educacionais personalizadas e individualizadas, sem suprimir as sociabilidades	Grau de satisfação dos estudantes nos processos de acolhimento, aprendizagem e engajamento	90%	Resultado da pesquisa	70%	80%	90%
Aliar a inovação e a transformação tecnológica à melhoria da qualidade das práticas pedagógicas direcionadas ao público atendido e às comunidades onde as escolas do Sesc estão inseridas	Percentual de práticas impactadas, considerando práticas publicadas para compartilhamento	75%	Número de práticas compartilhadas no Painel (Plataforma Rede Sesc de intercâmbio de práticas)	50%	60%	75%
Promover condições para uma aprendizagem acessível e inclusiva	Quantidade de formações docentes sobre aprendizagem acessível e inclusiva	Ao menos 1 formação anual	Quantitativo de formações ofertadas pelo Departamento Nacional	1	1	1
	Investimento em infraestrutura para a acessibilidade	100% das escolas promovendo acessibilidade	Adequação das escolas aos marcos referenciais da Rede Sesc de Educação e legislação vigente (acessibilidade arquitetônica e implementação de Atendimento Educacional Especializado)	50%	70%	100%

Objetivos a serem alcançados até 2026 (concomitante ao término da vigência do ciclo do Plano Estratégico do Sesc 2022-2026)	Indicador	Meta global	Dado	2025	2026	2027
Implementar Sistema de Ensino próprio, através da implantação de: (1) sistema de gestão educacional, (2) plataforma de ensino adaptativo, (3) material didático, (4) avaliações de larga escala, (5) soluções de ampliação curricular (robótica, maker, línguas adicionais etc), alinhados à formação integral, com o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e digitais e as aprendizagens próprias de cada etapa/segmento da Educação Básica	Índice de unidades educacionais do Sesc com Sistema de Ensino	100%	(Nº de soluções implantadas/ total de unidades educacionais aderentes à Rede Sesc de Educação Sesc)*100	60%	80%	100%
Realizar ações da educação articuladas com as demais áreas programáticas do Sesc	Índice de ações pluriprogramáticas ofertadas em carga-horária registrada aos estudantes	20%	Ações da educação articuladas com as demais áreas programáticas do Sesc realizadas, considerando a carga-horária total ofertada aos estudantes	5%	10%	20%
Considerar as especificidades da realidade local, respeitando e explorando territórios com perspectiva de aprendizagem ao longo da vida	Quantidade de ações realizadas pelos estudantes no território, compartilhadas na plataforma Painei	2 por ano	Ações realizadas em contexto de território com exploração de espaços, estudos orientados e contato com o território	2	2	2

Objetivos a serem alcançados até 2026 (concomitante ao término da vigência do ciclo do Plano Estratégico do Sesc 2022-2026)	Indicador	Meta global	Dado	2025	2026	2027
Desenvolver projetos e ações pedagógicas que promovam a educação empreendedora, a geração de renda e a sustentabilidade	% de amostra de projetos e ações desenvolvidos, compartilhadas na plataforma Painel	10%	(Projetos e ações pedagógicas com promoção de Educação Empreendedora, Geração de Renda e Sustentabilidade compartilhadas/ projetos e ações totais compartilhadas)*100	5%	10%	10%
Realizar, sistematicamente, ações de formação continuada sobre a história e cultura dos povos afro-brasileiros, africanos e indígenas, no intuito de promover um ambiente educacional que respeite e valorize a diversidade racial, cultural e social dos sujeitos e, consequentemente, uma sociedade equânime	% de amostra de projetos e ações desenvolvidos, compartilhadas na plataforma Painel	10%	(Projetos e ações pedagógicas com promoção de Educação Socioambiental/ projetos e ações totais compartilhadas)*100	5%	10%	10%
Promover valores e práticas que alicercem um modo de vida sustentável, a se expressar por atitudes de respeito por todas as formas de vida, pelos recursos naturais do planeta e pelo direito à vida plena, por parte das gerações futuras	% de amostra de projetos e ações desenvolvidos, compartilhadas na plataforma Painel	10%	(Projetos e ações pedagógicas com promoção de Educação Socioambiental/ projetos e ações totais compartilhadas)*100	5%	10%	10%

Objetivos a serem alcançados até 2026 (concomitante ao término da vigência do ciclo do Plano Estratégico do Sesc 2022-2026)	Indicador	Meta global	Dado	2025	2026	2027
Implementar processos de avaliação integral com relatórios personalizados e informações estratégicas, a fim de garantir excelência no desempenho das escolas, fornecendo assessoria técnica, diagnóstico e fundamentação pedagógica baseada em inovação	% de Avaliações em Larga Escala realizadas	100%	(Avaliações realizadas/ processos implementados)*100	80%	90%	100%
	% de Relatórios de Informação Estratégicos elaborados	100%	(Relatórios gerados/processos implementados)*100	80%	90%	100%
Estruturar, adequar e integrar as unidades educacionais do Sesc em todo o país, por meio da Plataforma de Ensino Adaptativo Escolar único	Índice de implantação da Plataforma nas unidades educacionais do Sesc	100%	(Nº de unidades educacionais do Sesc em que a plataforma foi implantada/ total de unidades educacionais do Sesc que solicitaram a plataforma)*100	80%	90%	100%

* Escalável, modular, adaptável, aplicável em diferentes contextos e valorizando a diversidade regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio. *Racismo estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. Minas Gerais: Editora Letramento, 2019.

AMARAL, Ana Luiza Neiva; GUERRA, Leonor Bezerra. *Neurociência e Educação: olhando para o futuro da aprendizagem*. Brasília: SESI/DN, 2022. Disponível em: static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/24/33/24331119-5631-42c0-b141-9821064c820c/neurociencia_e_educacao_2022.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

BACIGALUPO, Margherita *et al.* EntreComp: The entrepreneurship competence framework. Luxembourg: Publication Office of the European Union, v. 10, p. 593884, 2016. Disponível em: core.ac.uk/download/pdf/38632642.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

BACICH, Lilian; MORAN, José. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2017.

BENDER, Willian N. *Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2015.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. *Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem*. Rio de Janeiro: LTC, v. 114, 2016.

BORGES, Simone de S. *et al.* Gamificação aplicada à educação: um mapeamento sistemático. In: *Brazilian Symposium on Computers in Education* (Simpósio Brasileiro de Informática na Educação-SBIE). 2013. p. 234.

BRACKMANN, Christian Puhlmann. *Desenvolvimento do pensamento computacional através de atividades desplugadas na educação básica*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Diário Oficial da União, Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução nº 11, de 17 de junho de 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece obrigatoriedade sobre o Ensino de História Cultura Afro-Brasileira e Africana. Lei nº 10.639/03, de 3 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece obrigatoriedade sobre o Ensino de História Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Digital. Lei nº 14.533/23, de 11 de janeiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CAVALCANTI, C. C. *Aprendizagem Socioemocional com metodologias ativas: um guia para educadores*. São Paulo: SaraivaUni, 2023.

CHERNYSHENKO, O. et al. *Social and emotional skills for student success and well-being: Conceptual framework for the OECD study on social and emotional skills*. OECD Education Working Papers, No. 173, Paris: OECD Publishing, 2018.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998.

DUNCAN, S., & BARRETT, L. F. *Affect is a form of cognition: A neurobiological analysis*.

DE DEUS, Adreiton Ferreira Bellarmino et al. *Aprendizagem cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras*. Editora Oficina Universitária, 2021. Disponível em: ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/view/185/566/5776. Acesso em: 7 out. 2024.

FILATRO, Andrea Cristina; LOUREIRO, Ana Cláudia. *Novos produtos e serviços na Educação 5.0*. São Paulo: Artesanato Educacional, 2021.

FILATRO, Andrea Cristina. *Como preparar conteúdos para EAD: Guia rápido para professores e especialistas em educação a distância presencial e corporativa*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FFE-YE. Impact of Entrepreneurship Education in Denmark. In: VESTERGAARD, Lene; MOBERG, Kare; JØRGENSEN, Casper (orgs.). Odense: The Danish Foundation for Entrepreneurship – Young Enterprise, 2012.

GADOTTI, Moacir. *Convocados, uma vez mais ruptura, continuidade e desafios do PDE*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e Educação Sustentável*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2000.

GARDNER, Howard. *Inteligências múltiplas: a teoria na prática*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, pp. 40-51, 2002.

IMMORDINO-YANG, M. H.; & DAMASIO, A. *We feel, therefore we learn: The relevance of affective and social neuroscience to education*. *Mind, Brain, and Education*, v. 1, n. 1, pp. 3-10, 2007.

IMMORDINO-YANG, M. H. *Emotions, learning, and the brain: Exploring the educational implications of affective neuroscience*, 2015.

JENSEN, Eric. *Brain-based learning: The new paradigm of teaching*. Califórnia: Corwin Press, 2008.

LAGE, Allene Carvalho. Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais. *Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares*. João Pessoa, 2009.

LECHNER, C. et al. (2019). *Socio-emotional skills in education and beyond: Recent evidence and future research avenues*, 2018.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MAZUR, Eric. *Peer instruction: a revolução da aprendizagem ativa*. Porto Alegre: Penso, 2015.

MCDADE, Sharon A. Case study pedagogy to advance critical thinking. *Teaching of Psychology*, v. 22, n. 1, pp. 9-10, 1995.

MENDES, M. P. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: consequências ao sistema educacional brasileiro. *Revista Integração*, v. 10, n. 22, 2012.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

MORIN, Edgar. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORAN, José. Modelos mais flexíveis na educação básica. In: SBERGA, Adair Aparecida; GUEDES, Roberta Valéria (orgs.). *Ensino híbrido e outros saberes*. Brasília: Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – ANEC, 2021. pp. 9-19. Disponível em: anec.org.br/wp-content/uploads/2021/06/2021_06_30_ANEC_coletanea_ens_hibrido_final.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

MORAN, José. *Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje*. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, A.; TREVISANI, Fernando de Mello (orgs.) *Ensino híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.

MUNHOZ, Antônio. *ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas em ambientes virtuais de aprendizagem: Ferramenta de apoio ao docente no processo de ensino e aprendizagem*. São Paulo: Cengage, 2015.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: Um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluridiversidade. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n. 18, maio/out, 2012.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência da criança*. São Paulo: Crítica, 1986.

RAABE, André. *Maker: Uma nova abordagem para Tecnologia na Educação*. In: *Congresso sobre tecnologias na educação*, 1., 2018. Anais [...] Fortaleza, CE: [s.n.], 2018.

SESC, Departamento Nacional. *Diretrizes gerais de ação do Sesc*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2004.

SESC, Departamento Nacional. *Carta da Paz Social*. In: *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.

SESC, Departamento Nacional. *Diretrizes para a Educação Básica do Sesc*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2019.

SESC, Departamento Nacional. *Marco Referencial: Educação Ambiental no Sesc*. Rio de Janeiro. Departamento Nacional do Sesc, 2020. 60p.

SESC, Departamento Nacional. *Criar Sesc: Proposta Educativa*. Disponível em: publicacoes.sesc.com.br/criarsesc. Acesso em: 5 dez. 2024.

SESC, Departamento Nacional. *Plano Estratégico do Sesc 2022-2026*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2022.

SESC, Departamento Nacional. *Proposta pedagógica Ensino Fundamental*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2022.

SESC, Departamento Nacional. *Proposta Pedagógica Educação Infantil*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2023.

SESC, Departamento Nacional. *Proposta Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos do Sesc*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2024.

SESC, Departamento Nacional. *Sesc Ciência: Proposta Educativa*. Disponível em: homol.sesc.com.br/multimedia/publicacoes/propostaeducativasescciencia. Acesso em: 5 dez. 2024.

SESC, Departamento Nacional. *Relatório geral do Sesc 2024*. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2025.

SARMENTO, Maristela. *O futuro alcançou a escola? o aluno digital, a BNCC e o uso de metodologias ativas de aprendizagem*. São Paulo: Editora do Brasil, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Manual de Orientação: Grupo de Trabalho Saúde na Era Digital (2019-2021). #Menos telas #mais saúde. Rio de Janeiro: SBP; 2019. Disponível em: sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22246c-ManOrient_-__MenosTelas__MaisSaude.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2006.

SIEMENS, George. *Conectivismo: uma teoria de aprendizagem para a idade digital*, 2004. Disponível em usuarios.upf.br/~teixeira/livros/conectivismo%5Bsiemens%5D.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

VOLKWEISS, Anelise *et al.* Protagonismo e participação do estudante: desafios e possibilidades. *Educação por escrito*, v. 10, n. 1, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. *A construção do pensamento e da linguagem*. Trad. Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente: o desenvolvimento social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEFFORT, Helena Freire; ANDRADE, Julia Pinheiro; DA COSTA, Natacha Gonçalves. *Currículo e educação integral na prática: uma referência para estados e municípios*. 1. ed. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Disponível em: educacaointegral.org.br/curriculo-na-educacao-integral/wp-content/uploads/2019/01/caderno-1-curriculo-e-ei-na-pratica.pdf. Acesso em: 7 out. 2024.

WEISSBERG, R. P.; DURLAK, J. A.; DOMITROVICH, C. E.; GULLOTTA, T. P. Social and emotional learning: Past, present, and future. In: DURLAK, J. A.; DOMITROVICH, C. E.; WEISSBERG, R. P.; GULLOTTA, T. P. (orgs.), *Handbook of social and emotional learning: Research and practice*. Nova York: The Guilford Press, 2015. pp. 3-19.













sesc.com.br

**A vida
acontece
com o Sesc**

Sesc
CNC Senac